

# RESSALVA

Atendendo solicitação do autor, o texto completo desta dissertação será disponibilizado somente a partir de 13/09/2020.

**HELDER BARROS E SOUZA**

**O PSICÓLOGO NO CENÁRIO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM  
MEIO ABERTO:  
problematizando saberes e fazeres**

**ASSIS  
2019**

**HELDER BARROS E SOUZA**

**O PSICÓLOGO NO CENÁRIO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM  
MEIO ABERTO:  
problematizando saberes e fazeres**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para obtenção do título de Mestre em Psicologia (Área de Conhecimento: Psicologia e Sociedade)

Orientador(a): PROF. Dr. SILVIO JOSÉ  
BENELLI

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

S729p Souza, Helder Barros e  
O Psicólogo no cenário do sistema socioeducativo em  
meio aberto: problematizando saberes e fazeres / Helder  
Barros e Souza. Assis, 2019.  
268 f.

Dissertação de Mestrado - Universidade Estadual  
Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis  
Orientador: Dr. Silvio José Benelli

1. Psicólogos sociais. 2. Assistência social. 3. Liberdade  
assistida. 4. Medidas socioeducativas. 5. Tutela. I. Título.

CDD 158.2

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO**

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: O PSICÓLOGO NO CENÁRIO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: problematizando saberes e fazeres

**AUTOR: HELDER BARROS E SOUZA**

**ORIENTADOR: SILVIO JOSÉ BENELLI**



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em PSICOLOGIA, área: Psicologia e Sociedade pela Comissão Examinadora:

  
Prof. Dr. SILVIO JOSÉ BENELLI  
Departamento de Psicologia Clínica / UNESP/Assis

Prof. Dr. MAURÍCIO GONÇALVES SALIBA  
UENP / Jacareizinho

Prof. Dr. ÉDIO RANIERE DA SILVA  
Curso de Psicologia / UFPEL/Pelotas

Assis, 13 de setembro de 2019

*Dedicado à Flavia.  
Que me faz feliz,  
nessa maravilhosa vida que a gente construiu para morar.*

## AGRADECIMENTOS

E lá se foram tantos anos, caminhando firme, conhecendo, investindo, transformando, reinventando. Esse tão desejado fato acadêmico – finalmente, o Mestrado – não está descolado dessa história da vida, dos encontros e despedidas, das dores e delícias de viver o mundo bruto, lapidando pouco a pouco uma trajetória da qual muito me orgulho. Entretanto, cabe aqui um recorte essencial, que é o privilégio de ser uma pessoa de origem pobre, de família operária, podendo pisar esse território tão exclusivo que infelizmente ainda é a Academia no Brasil. A essa oportunidade que hoje alcanço, devo ao forte apoio de muita gente.

Agradeço sobretudo à minha mãe, Helem, grande batalhadora, que criou dois filhos sozinha e não mediu sacrifícios para torná-los homens formados. Grande exemplo de resiliência, de esforço, de dedicação, de curiosidade científica. E se hoje sou psicólogo, o grande mérito é dela.

Agradeço a meu avô, Hélio, por me acolher em um dos momentos mais áridos da minha história, com empatia, com confiança. Se um dia eu tive o privilégio de reinventar a vida e reencontrar a felicidade, foi graças a ele.

Agradeço a minha avó, Dolores, pelas tardes de carinho, pelo apoio incondicional, pelos bons conselhos. Sem ela, sabe-se lá que caminhos teria tomado a minha adolescência.

Agradeço a meu avô, João, pela doçura, pela sensatez, pela serenidade, por ser um grande modelo de parcimônia e calma. Lembro-me com carinho dos jornais sempre disponíveis pela casa, que estimularam desde muito cedo a criticidade que eu carrego até hoje.

Agradeço a minha tia, Marilene, a meu tio, Julinho e minhas primas, Marcela e Flavia, pelos exemplos de dedicação, de afetividade, de retidão e de conquistas.

Agradeço a meu tio Gilmar, pelo cuidado, pela amizade, pelo ensino e pela valorização do conhecimento.

Agradeço aos meus queridos amigos, Caio Baltazar, Glauber Moraes, Leonardo Freitas, Rafael Marques, Roberto Carlos, Thiago Prieto e Tiago Rodrigues, entre tantos outros, que não apenas fazem a vida mais divertida, mas que sempre me incentivaram e com os quais tanto aprendi.

Agradeço a todos os adolescentes e todas as famílias que tanto me ensinaram ao longo desses anos de labor. Esse trabalho é uma aposta na mudança, na possibilidade de pensar outro patamar de políticas públicas e sociais que permita a essas pessoas tão sofridas viverem uma vida com qualidade, igualdade e autonomia. Agradeço aos trabalhadores do CREAS 2, companheiros de muitas lutas ao longo dos últimos anos.

Agradeço a Silvio José Benelli, que acreditou no potencial da minha proposta antes mesmo de me conhecer, confiando-me a oportunidade de realizar esse

importante percurso acadêmico. Eu definitivamente sou outro após esses anos de pesquisa.

Agradeço aos colegas da Pós-Graduação em Psicologia da UNESP Campus Assis, estudantes e trabalhadores, sobretudo aos companheiros do Laboratório Transdisciplinar de Interação-Pesquisa em Processos de Subjetivação e Subjetividade da saúde (LATIPPSS).

Agradeço a Daniel Guerrini, pela disponibilidade e pelas valiosas contribuições em meu exame de qualificação.

Agradeço ao professor Maurício Saliba, que generosamente esteve presente nas duas bancas de arguição, ofertando importantes comentários e direcionamentos. Obrigado pelo apoio e pelo incentivo.

Agradeço ao professor Édio Raniere, pelo pronto atendimento ao nosso convite, pelas importantes e carinhosas contribuições na banca de Defesa.

Agradeço as pautas sociais dos governos anteriores ao golpe cívico-parlamentar de 2016, sem as quais eu nunca haveria vivenciado as oportunidades que tanto me fizeram crescer pessoalmente e profissionalmente.

Agradeço, por fim, a minha amada esposa, Flavia, essa mulher maravilhosa que tanto admiro, e que há 11 anos tornou-se meu porto seguro. Sem o seu apoio e encorajamento, esse trabalho nunca teria sido possível.

Obrigado!



SOUZA, Helder Barros e. **O Psicólogo no cenário do Sistema Socioeducativo em Meio Aberto**: problematizando saberes e fazeres. 2019. 268 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

## RESUMO

A presente intercessão-pesquisa tem como objetivo principal atuar, investigar e problematizar a prática do psicólogo, os saberes e os fazeres no cenário da imbricação entre a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE), tendo como lócus privilegiado o atendimento socioeducativo em meio aberto, executado em um CREAS com atuação específica no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade. Buscamos contribuir na reflexão e na construção de possibilidades de atuação técnica do trabalhador psicólogo, o que fazemos, a princípio, contextualizando o SINASE a partir de sua formação histórico-política, interrogando a sua formação atual e as práticas do trabalho social apresentadas pela literatura acadêmica, bem como discutindo a tecnologia socioeducativa e os modelos que se desdobram dessas práticas. Adotamos a metodologia do Dispositivo Intercessor (DI), como proposto por Abílio da Costa-Rosa, ética de trabalho e pesquisa que busca promover a superação da divisão entre o saber e o fazer, desenvolvendo inicialmente uma intercessão-pesquisa (no contexto institucional de trabalho como psicólogo) e, posteriormente, uma pesquisa intercessão (no contexto acadêmico), que, ao recuperar parte dos saberes produzidos na práxis, permite a produção de conhecimentos que mobilizem novos trabalhadores intercessores. Nossa intercessão foi realizada no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS2), município de Londrina, norte do Paraná, atuando como trabalhador Psicólogo, vivenciando as práticas cotidianas, a dinâmica institucional e problematizando sobre o trabalho socioeducativo. Ao discutir parte dos saberes que emergiram de nosso trabalho-intercessão, pudemos problematizar os Paradigmas Socioassistenciais, situar alguns resquícios do Modo Filantrópico na execução da PNAS e das Medidas Socioeducativas em Meio Aberto, discutir a gestão do ócio, a tutela e a contradição punitiva/protetiva, assim como apontar alguns riscos da despolitização e do abandono das teorias críticas dentro do trabalho social. Nosso trabalho permite apontar o SINASE enquanto um Dispositivo Disciplinar que, na ausência de efetivas respostas estatais às complexas demandas sociais, promove a gestão da juventude pobre que escapa aos mecanismos de normalização dispersos na Sociedade de Controle. O psicólogo, nesse contexto, pode afastar-se de um modelo de adaptação individual disciplinar, atuando de modo crítico.

Palavras-chave: SINASE. Assistência Social. Liberdade Assistida. Intercessão-Pesquisa. Complexo Tutelar.

SOUZA, Helder Barros e. **The Psychologist in the scenario of the Brazilian Young Offenders Support System (SINASE):** problematizing knowledge and doing. 2019, 268 f. Dissertation (Masters in Psychology) – São Paulo State University (UNESP), School of Sciences, Humanities and Languages, Assis, 2019.

### ABSTRACT

The present intercession-research aims to act, investigate and problematize the practice of the psychologist, the knowledge and the practice in the intermingling scenario between the Brazilian National Social Work System and the Brazilian Young Offenders Support System (SINASE), having the supervised socioeducation probation services as our privileged theme, performed in a CREAS that specifically works in the accompanying off young offenders that are subject to the legal punishments of probation and Community Services. We intent contribute to the reflection and construction of possibilities of technical performance in the psychologist work. At first, we do a contextualization of the SINASE and his historical-political formation, questioning its current formation and the practices of social work presented by the academic literature, ant discussing the socio-educational technology and the models that unfold from these practices. We adopted the Dispositivo Intercessor (DI) methodology, as proposed by Abílio da Costa-Rosa, an ethic of work and research that intent to overcome the division between knowledge and doing. We first developed an intercession work (in the institutional context of the psychologist worker) and, subsequently, we did an research intercession (in the academic context), which, by retrieving part of the knowledge produced in the praxis allows the production of academic knowledge that can mobilizes new intercessor workers. Our intercession was made at the Specialized Social Work Center (CREAS2), in Londrina, northern Paraná, acting as a Psychologist worker and experiencing the daily practices, the institutional dynamics and problematizing the socio-educational work. By discussing part of the knowledge that emerged from our intercession work, we were able to problematize the Social Work Paradigms, situate some remnants of the Philanthropic Mode in the execution of the Brazilian Social Work System and on the Young Offenders Socio-Educational Probation, and discuss the management of idleness, the tutelage and the punitive/protective contradiction. We also could pointing out some risks of the depoliticization and the abandonment of the critical theories in the social work. Our work allows us to point out the SINASE as a Disciplinary Organization that promotes the management of poor youth that escapes the normalization mechanisms dispersed in the Control Society, in a scenario which the state deny effective responses to the complex social demands. In this context, the psychologist may act critically to depart from a model of individual disciplinary adaptation.

Keywords: SINASE. Social Work System. Young Probation. Intercession-Research. Tutelage Complex.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Análise Institucional
CAPS-AD	Centro de Atenção Psicossocial - Álcool e Drogas
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEDECA	Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEDIT	Centro de Estudo Diagnóstico e Indicação de Tratamento
CEMIC	Centro de Estudos do Menor e Integração com a Comunidade
CENSE I	Centro de Socioeducação de Londrina (Internação Provisória)
CENSE II	Centro de Socioeducação de Londrina (Medida de Internaçoão)
CIAADI	Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Infrator
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança de Londrina
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMI	Capital Mundial Integrado
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNSS	Conselho nacional de Serviços Sociais
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
COMJUVE	Conselho Municipal de Políticas para a Juventude de Londrina
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência de Assistência Social
DIEESE	Departamento intersindical de estatística e estudos socioeconômicos
DI	Dispositivo Intercessor
DIMPC	Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPESMEL	Escola Social e Profissional do Menor de Londrina
ESG	Escola Superior de Guerra
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
FUNABEM	Fundação de Bem-Estar do Menor
FIA	Fundo Estadual para a Infância e Adolescência
IAM	Instituto de Assistência ao Menor
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRSAS	Informatização da Rede de Serviços socioassistenciais

ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LA	Liberdade Assistida
LAC	Liberdade Assistida Comunitária
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEP	Medidas Específicas de Proteção
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MPC	Modo de Produção Capitalista
MSE	Medidas Socioeducativas
MSEMA	Medidas Socioeducativas em Meio Aberto
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PASPP	Paradigma da Assistência Social como Política Pública
PCFA	Paradigma Caridoso Filantrópico Assistencialista
PIA	Plano Individual de Atendimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNBEM	Política Nacional do Bem Estar do Menor
PRÓ-MENOR	Fundação Paulista de Promoção Social do Menor
PSB	Proteção Social Básica
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
PSD	Paradigma do Sujeito de Direitos
PSE	Proteção Social Especial
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SAI	Serviço Auxiliar da Infância e Adolescência
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
SETREM	Serviço de Recepção e Triagem
SINASE	Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância e a Adolescência

USOIL            Unidade Social Oficial de Internação de Londrina  
UNESP           Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1. METODOLOGIA EM MOVIMENTO: O DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO UMA MODALIDADE SINGULAR DE PRODUÇÃO DE TRANSFORMAÇÕES E DE CONHECIMENTO</b> .....	<b>22</b>
1.1 UMA OUTRA CIÊNCIA POSSÍVEL.....	23
1.2 PESQUISA-AÇÃO E PESQUISA-INTERVENÇÃO.....	28
1.3 INTERCESSÃO-PESQUISA: DISPOSITIVO INTERCESSOR (DI) E DISPOSITIVO INTERCESSOR COMO MEIO DE PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO (DIMPC) .....	32
1.4 A TRAJETÓRIA DA INTERCESSÃO REALIZADA .....	41
<b>2. CONTEXTO: COMPREENDENDO A PROVENIÊNCIA DO QUE TEMOS HOJE COMO O SINASE</b> .....	<b>45</b>
2.1 FERRAMENTAS DE ANÁLISE: DISCIPLINA, BIOPOLÍTICA, NORMALIZAÇÃO .....	46
2.2 A REPÚBLICA VELHA E A EMERGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS ESPECÍFICAS AO ATENDIMENTO E CONTROLE DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA POBRE .....	55
2.3 ESTADO NOVO E DITADURA CIVIL-MILITAR: OS PERÍODOS DITATORIAIS BRASILEIROS .....	62
2.4 AS RAÍZES DO ATENDIMENTO CONTEMPORÂNEO EM MEIO ABERTO: A PASTORAL DO MENOR E A LIBERDADE ASSISTIDA COMUNITÁRIA (LAC) .....	71
2.5 A RENOVAÇÃO DISCURSIVA DO ECA E O PROGRESSIVO DELINEAMENTO DO SINASE NO PARANÁ E EM LONDRINA .....	74
2.6 AS CONTRIBUIÇÕES DE JACQUES DONZELOT: A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS PRÁTICAS DE NORMALIZAÇÃO E O SURGIMENTO DOS TRABALHADORES SOCIAIS .....	82
<b>3. O SINASE ENQUANTO DISPOSITIVO DISCIPLINAR</b> .....	<b>91</b>
3.1 O DISPOSITIVO .....	91
3.2 A PUNIÇÃO COLONIZADA PELA NORMALIZAÇÃO .....	96
3.3 A UTOPIA CORRECIONAL .....	100
3.4 A REGULAÇÃO DO FENÔMENO DO CONFLITO COM A LEI .....	107
3.5 SUSTENTAÇÃO DAS AÇÕES DO COMPLEXO TUTELAR .....	117

<b>4. REVISÃO DE LITERATURA RECENTE SOBRE A EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO .....</b>	<b>124</b>
4.1 AS CIRCUNSTÂNCIAS EFETIVAS: MODELOS DE GESTÃO, COMPOSIÇÃO DE EQUIPES E CONDIÇÕES DE TRABALHO .....	126
4.2 A SOCIOEDUCAÇÃO ENQUANTO INSTITUIÇÃO SEGMENTAR: ABORDAGENS TEÓRICAS, MULTIPLICIDADES DE PRÁTICAS E ALGUMAS INTERPRETAÇÕES SOBRE O FENÔMENO DO CONFLITO COM A LEI .....	130
4.3 OS OBJETIVOS DA SOCIOEDUCAÇÃO E A AMBIVALÊNCIA ENTRE PROTEÇÃO E PUNIÇÃO: A FÓRMULA PEDAGÓGICO-POLÍTICO-CORRECCIONAL .....	136
4.4 A EXECUÇÃO DO PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO.....	140
4.5 ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO: ESTRATÉGIAS INDIVIDUAIS E GRUPAIS .....	146
4.6 O TRABALHO EXTERNO: ALARGAMENTO DO CAMPO DE INTERVENÇÃO .....	152
4.7 ENCAMINHAMENTOS: ADAPTAÇÃO EM NOME DA PROTEÇÃO.....	155
4.8 O VÍNCULO ENQUANTO FERRAMENTA DE TRABALHO E O JUDICIÁRIO COMO ESFERA COERCITIVA: A INVISIBILIDADE REPRESSIVA DA SOCIOEDUCAÇÃO.....	159
<b>5. CONTRIBUIÇÕES DE UM INTERCESSOR PARA NOVOS INTERCESSORES .....</b>	<b>165</b>
5.1 OS PARADIGMAS SOCIOASSISTENCIAIS E A ANÁLISE DE IMPLICAÇÃO COMO FERRAMENTAS .....	167
5.2 SITUANDO ALGUNS RESQUÍCIOS DO MODO FILANTRÓPICO: PROBLEMATIZANDO A GESTÃO DO ÓCIO, A ASSISTENCIALIZAÇÃO E A TUTELA .....	178
5.3 PROBLEMATIZANDO A DESPOLITIZAÇÃO DO TRABALHO SOCIAL: A DEFESA DE DIREITOS X A GARANTIA DA BONDADE .....	190
5.4 PROBLEMATIZANDO A VISITA DOMICILIAR E RECONHECENDO A VIGILÂNCIA HIERÁRQUICA.....	205
5.5 O HÍBRIDO PUNITIVO/PROTETIVO .....	215
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>223</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>237</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>255</b>

## INTRODUÇÃO

O projeto que configurou essa intercessão-pesquisa reflete uma trajetória iniciada há mais de uma década e que está inspirada pela prática crítica e reflexiva de anos de trabalho como psicólogo operador de políticas públicas, em especial a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (BRASIL, 2004) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) (BRASIL, 1990, 2006, 2012a). Partimos de um lugar bem definido, o chamado ‘chão de fábrica’, denominado pelos gestores de políticas públicas como a ‘ponta’ do atendimento, deslocando-se para o lócus universitário em uma proposta que tem como interesse o ‘olhar da prática sobre a prática em direção à prática teórica’. Sempre estivemos interessados em produzir efeitos que tivessem como fim uma transformação palpável da realidade, com a contribuição efetiva na qualidade de vida das pessoas. Uma ação ético-política singularizada, que se afastasse das reproduções de uma Psicologia essencialista, familiarista e intimista (COIMBRA, 1995), tomando o campo da subjetividade não como um plano meramente individual, mas como o campo de todos os processos de produção social e material, reconhecendo a subjetividade individualizada como resultante de um “entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, não só sociais, mas econômicas, tecnológicas, de mídia, etc.” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 34).

Com o decorrer das experiências da práxis ao longo dos anos, buscando uma atuação que mais recentemente aprendemos a nomear de prática intercessora, podemos aprofundar a compreensão da sociedade e das instituições, incluindo a própria AS e o SINASE, como um palco de lutas, edificações incompletas que derivam, como concessões táticas, do mesmo Modo de Produção Capitalista (MPC) que sustenta mecanismos estruturais de produção e manutenção da desigualdade (NETTO, 2001; THEODORO; DELGADO, 2003), implicando que a defesa das políticas públicas é também a crítica de um modelo de políticas públicas que não abandona tecnologias normalizadoras e que, longe de intervir na causa de fenômenos como a pobreza e a violência, surgem como mecanismos disciplinares que socorrem



tardiamente os sujeitos e buscam domar as expressões da 'Questão Social'<sup>1</sup>. Nossa atuação como trabalhador-intercessor, interessado em pesquisa, não poderia estar distante disso.

As provocações que inspiraram esse trabalho, assim como as reflexões teóricas que o encaminharam, são derivadas de um acúmulo de problematizações surgidas com base em inquietações inerentes ao desempenho crítico da prática profissional de Psicólogo na AS, como trabalhador do social e como estudioso de temas referentes às políticas públicas.

Em 2009, passamos a fazer parte das equipes psicossociais da Secretaria de Assistência Social do município de Angra dos Reis-RJ. Naquele momento, a secretaria se denominava Ação Social e estava em um processo de transição no qual todos os funcionários passariam a ser contratados em regime estatutário, prevendo o fortalecimento das políticas públicas como instrumentos de direito, o favorecimento da carreira pública e a qualificação da oferta por meio de profissionais não rotativos. Em Angra dos Reis, durante um ano e sete meses de trabalho, compusemos equipes na Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade e na Proteção Social Básica (PSB), respectivamente no Centro de Atenção à População de Rua e em dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), na periferia da cidade. Foi um período de reafirmação ética, visto os custos de desempenhar uma prática resistente à lógica do assistencialismo, que marcava os estabelecimentos e a gestão municipal da cidade, onde o primeiro-damismo<sup>2</sup> ainda era realidade naquela época.

No ano de 2011, como servidor municipal da cidade de Londrina-PR, lotado na Secretaria de Assistência Social (SMAS), passamos a fazer parte da equipe técnica

---

<sup>1</sup> Por Questão Social, entende-se a relação entre o desenvolvimento capitalista e os processos de pauperização na sociedade contemporânea, em um contexto de desigualdade e disputa da riqueza social pelas classes sociais (NETTO, 2001; YAZBEK, 2005). Diferentemente das sociedades precedentes à sociedade burguesa, em que a pobreza era normalmente ligada a um quadro geral de escassez, resultado do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas e sociais, na atualidade, a pobreza é conservada independente do alto desenvolvimento da capacidade social de produção de riquezas. Esse fenômeno de concentração do capital é intrínseco às relações de exploração e expropriação da força produtiva dos trabalhadores no MPC, de modo que é possível afirmar que “[...] o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’” (NETTO, 2001, p. 45).

<sup>2</sup> O termo primeiro-damismo é um neologismo derivado do termo Primeira-Dama, comumente utilizado pelos profissionais do Serviço Social para referir-se a um modelo de assistencialismo onde a cônjuge do chefe do Poder Executivo assume funções relativas à Política de Assistência Social, o que remonta às práticas da filantropia e da caridade.

do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS 2), um estabelecimento que executa o Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), fazendo parte da PSE de Média Complexidade. Assim como em Angra dos Reis, chegamos à Londrina durante um processo de valorização da Política Pública de Assistência Social. Em Londrina, a execução de todos os serviços socioassistenciais estava sendo gerida por estabelecimentos assistenciais do terceiro setor, mormente entidades derivadas de organizações religiosas diversas. Um processo de municipalização foi realizado para adequar a realidade municipal às exigências do Ministério do Desenvolvimento Social, visando garantir a manutenção da Gestão Plena da Política de Assistência Social pelo município. Desde então, temos buscado construir um modelo de atuação que tome os sujeitos – profissionais e pessoas assistidas – como protagonistas em um campo político, pensando a prática em sua função transformadora. Continuamos empenhados na co-construção de uma singularização frente ao universal que é representado pelos planos oficiais do atendimento socioeducativo em meio aberto (LOURAU, 2014). Essa experiência nos permite um lugar privilegiado para a contemplação crítica dos limites apresentados pelo atual modelo socioeducativo, superando os melindres geralmente associados à militância da área, que evita a todo custo interrogar a estrutura das políticas sociais contemporâneas, pelo receio de que isso venha a contribuir com o enfraquecimento das políticas públicas. Defendemos, ao contrário, que a crítica e o aprimoramento do trabalho social é parte fundamental da defesa de políticas públicas que promovam a Proteção Social, o protagonismo das populações e o acesso a direitos.

Durante o período entre 2015 e 2017, assumimos a cadeira de representação da Secretaria Municipal de Assistência Social no Conselho Municipal de Políticas para a Juventude de Londrina (COMJUVE). Esse espaço foi aproveitado para inserir a discussão sobre violência e juventude, colocada na sua dimensão social e diretamente relacionada às atuações estatais. Foi uma importante experiência para refletir sobre a pluralidade das organizações coletivas voltadas à juventude na cidade de Londrina, assim como as dificuldades de estancar o esvaziamento político que ocorre nos conselhos de direitos na atualidade (BENELLI; COSTA-ROSA, 2012a).

Em 2016, qualificando academicamente os cerca de 7 anos de prática na política de Assistência Social, realizamos um programa de especialização lato-sensu

em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesa de Direitos, ofertado na modalidade EAD pela Universidade Norte do Paraná. Esse curso teve a duração de 12 meses e nos possibilitou revisar a organização da Seguridade Social no Brasil, em especial o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Desde o ano de 2015 contamos também com o título de especialista em Psicologia Social pelo Conselho Federal de Psicologia, adquirido por meio de concurso de provas e títulos.

Impulsionados por nossas experiências de trabalho e vislumbrando um extenso percurso na área, idealizamos uma proposta de intercessão-pesquisa (COSTA-ROSA, 2008; PEREIRA, 2011; MARTINI, 2010; GALIEGO, 2013) para buscar, a partir da reflexão do trabalhador em seu campo de atuação, discutir o SINASE e as Medidas Socioeducativas em Meio Aberto (MSEMA), indagar sobre os paradigmas possíveis nas práticas da Assistência Social (BENELLI, 2014a, BENELLI; COSTA-ROSA, 2011, 2013), realizar uma leitura da complexa trama institucional (BENELLI, 2014a) envolvida nos processos de produção de subjetividades neste contexto e, outrossim, refletir e questionar saberes e fazeres do psicólogo no cenário da imbricação entre o SINASE e a Assistência Social.

A execução das MSEMA está calcada na lei 8.069/90 (BRASIL, 1990), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que apresenta seis modalidades de medidas a serem aplicadas quando verificadas a prática de atos infracionais. As medidas em meio aberto são aquelas que não têm o objetivo de restringir a liberdade do adolescente: a 'Advertência' e a 'Obrigação de Reparar o Dano', cuja execução é responsabilidade do Poder Judiciário, e a 'Prestação de Serviços à Comunidade e a Liberdade Assistida', que têm sua execução inserida na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), no âmbito do CREAS (BRASIL, 2004, 2009). As medidas em meio fechado são a 'Semiliberdade' e a 'Internação', que são executadas pela esfera estadual (BRASIL, 2012a).

Esse modelo de responsabilização aos adolescentes em conflito com a lei é a mais recente configuração de um campo marcado por uma série de reformas no arcabouço jurídico do Estado constitucional e no discurso sobre a adolescência vulnerável, tanto no nível acadêmico quanto nas práticas sociais dirigidas a esse público. O SINASE é assim proveniente de uma série de circunstâncias, acontecimentos e problematizações visíveis pelo menos desde o período imperial brasileiro (AZEVEDO, 2007; RANIERE, 2014; PASSETI, 1995, RIZZINI, Irene, 2011a),

mas que toma seus contornos mais contemporâneos ao longo das etapas da República.

Podemos afirmar que a história da Socioeducação<sup>3</sup> brasileira teve diversos períodos. Enquanto Colônia, o Brasil seguia as ordenações do Império Português. Foi com a Independência que surgiu a primeira regra nacional de responsabilização dos adolescentes em conflito com a lei, remetida ao primeiro Código Penal Brasileiro, que foi substituído por um novo código republicano no final do século XIX, sem que houvesse uma lei específica para crianças e adolescentes até a terceira década do século XX. Ao longo do século XX, passa a existir legislações específicas para gerir as responsabilizações juvenis, como o Código Mello Mattos, de bases higienistas (COIMBRA; NASCIMENTO, 2003; LIMA, 2009); o Código de Menores, uma reformulação ocorrida ao longo da ditadura Civil-Militar e que sustentou as práticas relacionadas às Fundações Estaduais de Bem Estar do Menor (FEBEMs); e, por fim, o ECA, que representou um rompimento discursivo que reorientou as práticas socioeducativas, ampliando o investimento nas modalidades em meio aberto.

Ainda que um discurso mais abrangente sobre questões envolvidas na produção das vulnerabilidades da juventude esteja cada vez mais nítido, o atual contexto da execução das MSE não abandonou de todo uma prevalência do enfoque na adaptação individual. Embora as orientações da resolução SINASE (BRASIL, 2006) tenham avançado ao enriquecer a dimensão pedagógica e ética no campo socioeducativo, ainda obedece em alguns pontos ao instrumentalismo disciplinar sobrevivente no ECA. O ideário socioeducativo moderno consiste em uma associação entre o repressivo-correcional e o pedagógico-assistencial<sup>4</sup>, de modo que o fenômeno

---

<sup>3</sup> Embora o termo Socioeducação só deva ser assim qualificado a partir do ECA, utilizamo-lo algumas vezes no texto para referir à práticas anteriores a esta lei, sem desconsiderar o seu lugar histórico, mas para afirmar que aquilo que hoje denominamos Atendimento Socioeducativo pode ser considerado uma objetificação das práticas específicas de governamentalidade direcionadas aos adolescentes em conflito com a lei na contemporaneidade, o que para nós ainda é da ordem dos mesmos Dispositivos Disciplinares anteriores, que – como espera-se de um Dispositivo – estiveram em constante movimento, renovando-se, reinterpretando-se, portando uma heterogeneidade que o permitiram assumir mudanças de posição e função (DELEUZE, 2001; FOUCAULT, 2015; RANIERE, 2014).

<sup>4</sup> Dentre as diretrizes pedagógicas do SINASE: “As medidas socioeducativas possuem em sua concepção básica uma natureza sancionatória, vez que responsabilizam judicialmente os adolescentes, estabelecendo restrições legais e, sobretudo, uma natureza sócio-pedagógica, haja vista que sua execução está condicionada à garantia de direitos e ao desenvolvimento de ações educativas que visem à formação da cidadania. Dessa forma, a sua operacionalização inscreve-se na perspectiva ético-pedagógica” (BRASIL, 2006, p. 47).

do conflito com a lei ainda é remediado com uma tecnologia Disciplinar direcionada ao adolescente e sua família, atuado por uma classe de trabalhadores sociais que investem seus saberes no atendimento socioeducativo, longe de poderem intervir efetivamente nas condições materiais de pobreza em que vive a maior parte da população que atendem. O acompanhamento socioeducativo em meio aberto é responsabilidade dos governos municipais, executado sob responsabilidade do segmento assistencial, ainda que o SINASE e o SUAS consistam em subsistemas diferentes, com normatizações próprias (BRASIL, 2006).

A proposta prevista na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009, p. 24), a ser desempenhada pelo Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas, é “contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens”. Entre os objetivos previstos, podemos destacar:

- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional; [...]
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2009, p. 30).

Assim, apesar do discurso genérico e pouco objetivo, percebemos que uma importante encomenda é endereçada aos profissionais da equipe interdisciplinar, dentre eles o psicólogo. Observa-se também que a centralidade das ações está focada no indivíduo e na sua família, com a expectativa de que as intervenções desenvolvidas resultem na redução da ocorrência de atos infracionais. Em uma leitura mais criteriosa, poderíamos apontar a oficialidade da ‘proteção’ contraposta a oficiosidade do ‘controle’, o que se aparenta mais afinada com o controle do sujeito do que com a transformação social.

Refletir sobre a práxis do psicólogo no SINASE exige pensar criticamente sobre as instituições, seus estabelecimentos, os movimentos institucionais, as brechas, as contradições, o contexto e as relações que estão envolvidas na produção do que chamamos hoje de atendimento socioeducativo, concordando com Benelli (2003, p. 64), quando diz que:

[...] as instituições fazem mais do que expressam seus estatutos, e também fazem menos, pois possuem funções positivas e negativas. O saber busca racionalizar e tornar plausível a existência da instituição, produzindo um discurso lacunar, esburacado, que tenta recobrir a prática concreta, muitas vezes em contradição com os objetivos explícitos em vista dos quais ela foi criada. Para conhecer realmente uma determinada instituição é preciso olhar não apenas para seus estatutos, mas para o que fazem seus diversos agentes e clientela.

Deste modo, a execução de todo esse emaranhado de instituições, normatizações, planos e objetivos é materializada por meio das práticas de seus atores sociais. Com essa dissertação de mestrado, desejamos investigar as possibilidades de atuação do trabalhador psicólogo, no âmbito das MSEMA, refletindo sobre as contradições envolvidas na práxis. Entendemos ser possível trazer à discussão os fazeres e os saberes constituídos pelos trabalhadores sociais, os movimentos que se dão no cotidiano dos estabelecimentos e a atuação que reifica o atendimento socioeducativo. Assim, busca-se explorar possibilidades e brechas para uma prática de atuação profissional que identifica e afasta-se de possíveis modelos de adaptação individual docilizadora, que consideramos ainda presentes, tanto nas práticas quanto no discurso oficial, ainda que disfarçado. Nossa pesquisa está subsidiada pela perspectiva do Dispositivo Intercessor (COSTA-ROSA, 2008, 2013; SANTOS; COSTA-ROSA, 2012, GALIEGO, 2013; MARTINI, 2010; PEREIRA, 2011, SOUZA, 2015; MEXKO, 2017; BENELLI, 2017), tomando a produção de saberes/fazeres numa perspectiva dialética, na qual o trabalhador deve atuar e pensar sua atuação, situado e entrelaçado numa complexa trama institucional.

A organização da escrita desse trabalho foi pensada para apresentar uma cadência lógica, o que não reflete necessariamente o modo como as reflexões foram produzidas. Sendo uma intercessão, a produção do conhecimento está atrelada a produção coletiva do trabalho, de modo que não realizamos uma pesquisa tradicional, de percurso sequencial, que estuda um objeto para transformar suas descobertas em teoria, mas fazemos uma intercessão contínua, que evoca a teoria para pensar a prática e a recorre à prática para pensar a teoria. A escrita, de outro modo, percorre uma estrutura lógica, na qual começamos apresentando nossas implicações na prática de pesquisa, discutindo os paradigmas científicos e introduzindo o Dispositivo Intercessor como uma modalidade singular de produção de transformações e de conhecimento. No segundo capítulo, contextualizamos o SINASE a partir de um histórico dos contextos políticos, dos discursos sociais e das reformas jurídicas e

administrativas que compuseram os cenários de lutas e as circunstâncias que antecederam o modelo atual do SINASE. No terceiro capítulo, situamos e problematizamos as implicações normalizadoras do SINASE, discutindo-o enquanto um Dispositivo Disciplinar. No quarto capítulo, revisamos na literatura recente pistas sobre a atuação dos trabalhadores sociais nas MSEMA, discutindo algumas práticas que compõem a tecnologia socioeducativa. Por fim, no quinto capítulo, discutimos algumas questões sinalizadas pela nossa intercessão-pesquisa e que nos parecem importantes para a crítica ativa do trabalho social ofertado no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de MSEMA, buscando ofertar instrumentos que contribuam com a prática socioeducativa, especialmente junto aos trabalhadores Psicólogos.

Com esse trabalho, esperamos poder ter efeitos intercessores que ultrapassem a nossa prática, buscando incentivar que novas intercessões sejam realizadas por outros trabalhadores.

## CONCLUSÃO

No início desse trabalho, apresentamos nossa principal implicação: um trabalhador psicólogo, com intenções intercessoras, participando de um processo de produção acadêmica após alguns anos de prática. Para situar nossa proposta de pesquisa, foi necessário discutirmos os paradigmas científicos, opondo as metodologias de caráter essencialista, que tomam os objetos supondo uma intencionalidade neutra e apolítica, daquelas que pensam a relação pesquisador-sujeito-objeto dentro de um mesmo campo, descartada a neutralidade, como é o caso da Pesquisa-Ação, na qual a pesquisa também opera mudanças, e da Pesquisa-Intervenção, em que as mudanças constituem a pesquisa.

Compreendendo as possibilidades de outra ciência possível, em que todo o conhecimento é natural e social, construído na relação e refletindo em sabedorias de vida (SANTOS, 2010, 2012), apresentamos a Intercessão-Pesquisa, que busca também romper com a distância – poderíamos nomear provocativamente de hierarquia – entre a academia e o trabalho, o pensar e o fazer, o intelectual e o trabalhador. Inicialmente desenvolvida por Abílio da Costa-Rosa (2008), utilizada em diversos trabalhos (COSTA-ROSA, 2008, 2013; SANTOS; COSTA-ROSA, 2012, GALIEGO, 2013; MARTINI, 2010; PEREIRA, 2011, SOUZA, 2015; MEXKO, 2017; FODRA; RIBEIRO; COSTA-ROSA; LUZIO, 2007; STRINGHETA; COSTA-ROSA, 2007; COSTA, 2016; PÉRICO, 2014) e em permanente desenvolvimento, o Dispositivo Intercessor é uma ferramenta que pressupõe a indissociabilidade entre o fazer e o conhecer, pensando o saber enquanto produção inerente à práxis, consumido no próprio ato, do qual parte pode ser acumulado e transferido fora desta primeira relação, na forma de conhecimento. Em um primeiro momento, há um trabalhador que, planejadamente, pretende assumir uma posição intercessora, busca dar respostas para os impasses que surgem no cotidiano, precavido e avisado por um referencial teórico que subsidia seus movimentos na práxis, mas interrogando, questionando, reconhecendo a prática como indicadora de quais saberes e conhecimentos são exigidos para confrontar as vicissitudes em campo, contribuindo na produção de possibilidades, resoluções e reposicionamentos do coletivo. A essa ética do trabalho-intercessão, denomina-se Dispositivo Intercessor (DI).



Em determinado momento, um trabalhador-intercessor pode mudar ou ampliar sua posição, ao pretender manejar parte do saber que co-produziu e consumiu na sua prática, desempenhando uma transdução para a linguagem acadêmica ou teórica, possivelmente vinculado a uma universidade. Esse segundo momento é denominado de Dispositivo Intercessor Como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC), uma infiltração do trabalho-intercessão na ciência, que visa produzir conhecimentos de outro tipo, reverberando em outros trabalhadores, que possam vir a ser novos trabalhadores para a transformação institucional (GALIEGO, COSTA-ROSA, 2018).

Compreender a ética do DI, portanto, é fundamental para a apreciação lógica do percurso de escrita do presente documento, dado que não pretendemos realizar uma pesquisa tradicional. Nossa contribuição visa o compartilhamento de parte dos saberes que foram necessários produzir como respostas a impasses específicos, resultando de problematizações que estão diretamente vinculadas com o trabalho de execução das MSEMA, a um contexto de práticas que estão situadas no tempo e no espaço, que transformamos em conhecimento no interesse de que essa produção possa colaborar com outras práticas, permitir outras intercessões, da mesma forma como a nós foi permitido pelo conhecimento que nos antecedeu<sup>87</sup>.

Apesar dos lugares ocupados na lógica textual, as discussões devem ser interpretadas uma em relação às outras. Apresentamos ao longo do trabalho diversos conceitos, ferramentas e discussões teóricas que consideramos um conjunto de pontos de apoio para uma prática socioeducativa outra. Essas contribuições não foram concebidas como uma estrutura linear, até mesmo pelo fato de serem agrupamentos de estudos teóricos realizados ao longo do trabalho como operador de políticas públicas, na imbricação entre o SINASE e a Assistência Social, acumulados mediante as exigências ditadas pela práxis e aqui condensados em uma peça única, com um percurso lógico para sustentar a nossa argumentação de que o SINASE atualiza um modelo correcional, ressignificado e de discurso renovado, mas que permanece tributário de uma racionalidade baseada na culpabilização individual, investindo na Disciplina e na Normalização para dar respostas pragmáticas a problemas estruturais, oriundos das expressões da Questão Social.

---

<sup>87</sup> O DI parece nos aproximar da Antropofagia de Oswald de Andrade (1928). Digerimos o conhecimento para transformá-lo em saberes, mediante as nossas práticas.

No segundo capítulo, nossa primeira etapa de discussão sobre a Socioeducação, apresentamos alguns recortes históricos para discutir sobre a proveniência do atual modelo de intervenção na problemática da adolescência em conflito com a lei. Para isso, antecipamos conceitos fundamentais para proceder a análise dessa instituição e reconhecer os mecanismos atuantes na lógica de suas organizações e estabelecimentos: a Disciplina, a Biopolítica e a Normalização.

A Disciplina (FOUCAULT, 2013) foi apresentada como uma tecnologia de redução dos sujeitos em sua força política e maximização em sua força útil, recorrendo a técnicas que investem no detalhe, no controle minucioso, na construção de quadros, na prescrição de exercícios e manobras, enfim, estratégias que objetivam a obediência e a acentuação das aptidões planejadas. Detalhamos três instrumentos da tecnologia disciplinar comumente encontrados nos mais variados estabelecimentos Disciplinares: a Vigilância Hierárquica, refinamento das estratégias de observação que passam a compor um esquema integrado, convergente e qualificado, assumindo importante papel no exercício do poder; a Sanção Normalizadora, um regime de micro-penalizações e gratificações, por meio do qual recompensa-se e encoraja-se a adequação às regras; e o Exame, mecanismo de objetivação que capta e fixa os indivíduos em uma narrativa científica, que retroalimenta e legitima o exercício do poder sobre os sujeitos, por meio dos técnicos especialistas.

Enquanto a Disciplina atua na escala do individual e do grupal, a Biopolítica opera no nível da população, pela estatística, pela demografia, pela epidemiologia, pelo sanitarismo, tecnologias de regulamentação da população. A Disciplina e a Biopolítica formam o Biopoder, discutido por Foucault (2005) como a entrada da vida no campo do poder, pela estatização do biológico e com o estabelecimento de tecnologias refinadas de governamentalidade dos homens. Junto a esses conceitos, discutimos a concepção de normalização em Foucault (2008), que não é da ordem da repressão, mas da produção, da constituição, da formação, da regulação, o que é realizado por meio das tecnologias do biopoder. Vimos que a normalização é em parte configurada como uma normação, isto é, o estabelecimento de um modelo de adestramento, a partir do qual se estabelece o que é normal ou não.

Com os conceitos-ferramentas de análise esclarecidos, apresentamos os acontecimentos e circunstâncias que precederam a constituição do SINASE, organizando três eixos históricos: o Império, a República Velha e o Código Mello Mattos; os períodos ditatoriais, com o SAM, a FUNABEM e o Código de Menores;

passando rapidamente pela experiência da LAC e finalizando com os anos 1990 e 2000, com o ECA e a implantação das MSEMA na estrutura da Assistência Social. Pudemos observar que as legislações específicas sobre a infância e a adolescência são etapas recentes na história mundial e que somente na segunda década do século XX o Brasil teria os seus primeiros juizados de menores, assim como a primeira legislação dedicada ao tema da infância e adolescência. Observamos que esses acontecimentos se deram em consonância com a circulação de novas problematizações sobre a 'Questão do Menor' e o 'Direito do Menor' no cenário mundial, o que na realidade nacional estava vinculado à 'Problemática do Menor', como foi chamado pela imprensa o aumento das crianças pobres nas grandes cidades, fenômeno que decorria das grandes mudanças políticas e econômicas, com a urbanização e a dinâmica de processos migratórios. Essas crianças e adolescentes pobres sofriam toda a sorte de penúrias, inseridas em trabalhos precários, exercendo a mendicância, cometendo pequenos furtos e sendo exploradas sexualmente, contexto noticiado como uma forte ameaça à ordem pública, a qual o poder público reagiu por meio de legislações e estabelecimentos que privilegiavam a correção desses indivíduos em regimes de internamento, atribuindo aos males da pobreza e à imoralidade dos pobres viciosos o fracasso no cuidado e na normalização de seus filhos.

Descrevemos como a Revolução de 30 e o advento do Estado Novo, de modelo centralizador, redundou em um incremento da participação do Estado nas regulamentações da esfera trabalhista, na expansão do sistema de ensino e nos mecanismos de assistência aos pobres, que no campo da infância e adolescência servia-se da distinção prevista no Código Mello Matos entre abandonados e delinquentes, o que, na prática, formava uma única massa dos chamados menores, para os quais foi criado o SAM, no início da década de 40, no Distrito Federal, o que foi copiado por outros estados em todo o país, havendo um crescimento significativo de estabelecimentos de assistência e reforma, inclinados ao encarceramento. Na década de 50, o SAM já se encontrava desgastado, sofrendo questionamentos sobre as superlotações e prática de repressão violenta. Substituído pela FUNABEM, no mesmo ano do Golpe Civil-Militar de 1964, a proposta da nova organização era sanar as deficiências do antigo SAM, prevendo acompanhar a implantação da mesma política de estabelecimentos em todos os estados brasileiros. O ideário foi atualizado e acrescido de novos saberes médicos, psicológicos e do Serviço Social. A Questão

do Menor continuava atribuída as condições de pobreza, à desagregação moral e à falta de valores das famílias, a solução seria utilizar a internação como um meio para submeter as crianças e adolescentes a um tratamento biopsicossocial. Na realidade prática, as instituições permaneceram como depósitos humanos. O Código de Menores de 1979, apesar de ampliar no texto legal as medidas em meio aberto, ratificou a ideia da Situação Irregular, havendo o recrudescimento das práticas de Internação.

Vimos que, na década de 1980, as pressões da sociedade civil motivaram o início do processo de alteração do panorama legal sobre a infância e adolescência no país, o que resultou na inclusão de dispositivos legais na Constituição Federal, em 1988, e na aprovação do ECA, em 1990, cuja redação teve importante participação das organizações sociais, incluídas a Pastoral do Menor, o que provavelmente influenciou o novo formato da LA, baseado na experiência da LAC. O ECA vedou a prática da internação indistinta de quaisquer crianças e adolescentes pobres, como era possibilitado pela categoria jurídica da Situação Irregular. A internação passou a ser restrita a adolescentes em conflito com a lei, sentenciados após o devido processo legal. As medidas ganharam a nomenclatura de Socio-Educativas, havendo a previsão de quatro MSEs em meio aberto e duas em meio fechado. Nas décadas seguintes, não houve, entretanto, a diminuição da aplicação de MSEs em meio fechado com a substituição pelas MSEMA, como parecia ser a proposta. Pelo contrário, houve o aumento progressivo da população adolescente em cumprimento de medidas fechadas, somado a uma dilatação exponencial das MSEMA, cuja execução ganhou força após a sua inclusão definitiva no SUAS. A atribuição das vulnerabilidades continuou na pobreza, a retórica reforçou o atendimento assistencial, mas a proposta permaneceu na intervenção junto aos indivíduos e suas famílias.

Observamos que, no ano de 2004, as MSEMA foram incluídas oficialmente na PNAS, sendo que em 2006 constituiu-se o SINASE e em 2009 definiu-se os CREAS como o *lócus* da execução das MSEs de LA e PSC. Podemos afirmar que foi o crescimento do SUAS e as mudanças nas modalidades de co-financiamento federal que possibilitaram a expansão dos programas de MSEMA, sendo que no ano de 2011 iniciou-se a municipalização do serviço de LA e PSC em Londrina, que era antes realizado por uma entidade vinculada à Igreja Católica, desde o ano de 2000.

Finalizada a discussão histórica do contexto brasileiro, realizamos um proposital retorno no tempo, para a França do século XIX e XX. Nossa intenção com

isso foi trazer as contribuições de Donzelot (1980) para o presente, pois são um importante instrumento para a análise da imbricação entre SINASE e Assistência Social. Localizamos o surgimento de um modelo de normalização que introduziu novos saberes, como os da medicina e os da psicanálise, em uma educação sanitária e educativa para a regulação interna da família, a partir do século XIX. A autonomia financeira permitia a escolha das intervenções, por meio de contratos com os especialistas da infância; às famílias pobres era aplicado um governo direto por meio da tutela, em defesa dos interesses dos seus membros mais frágeis, geralmente efetuado pelo corpo filantrópico em nome do Estado, muitas por vezes mediado pelos tribunais de menores. Foi nesse contexto de tutelarização que surgiu toda uma série de profissões do trabalho social, como assistentes sociais, educadores especializados e orientadores, articulando saberes e técnicas contemporâneas, como entrevistas, visitas, registro de campo, estudos de caso, encaminhamentos, etc. Ao mesmo tempo em que se diferia das sanções judiciais, substituídas pela brandura das intervenções educativas, esses profissionais operavam sob a autoridade concedida pelos tribunais, ramificando-os e participando de uma economia das normalizações. Os tribunais eram um eixo central de um imenso complexo tutelar, convergindo o poder repressivo-judicial e o tutelar-normalizador, perscrutando a vida privada e julgando indivíduos e famílias que ali chegavam por meio de assinalamentos diversos, seja de vizinhos, de professores, de trabalhadores sociais, que apontavam imoralidades e carências, sendo a exceção aqueles que eram julgados pelo cometimento de pequenos delitos. Fizemos então uma rápida comparação entre o retrato descrito por Donzelot (1980) e a realidade brasileira, na qual, durante décadas, as categorias de ‘abandonados’ e dos ‘delinquentes’ permaneceu sob a mesma tutela correcional, da qual o ECA desvencilhou os abandonados, que passaram a ser atendidos por políticas descentralizadas, embora permaneçam na esfera do complexo tutelar. O Dispositivo que convergiu na política Socioeducativa, entretanto, atende aos mesmos clientes há quase um século, adolescentes pobres, aplicando uma tecnologia de governabilidade correcional, utilizando para isso a internação e um recente mecanismo baseado no hibridismo entre repressão e tutela. Passamos, então, a apontar isso que poderíamos chamar de Dispositivo Disciplinar Socioeducativo.

No terceiro capítulo, apresentamos a figura do Dispositivo (FOUCAULT, 2015; AGAMBEN, 2009; DELEUZE, 2001), um conjunto heterogêneo que engloba discursos, organizações, estabelecimentos, normativas, saberes, ideologias, e que

está sempre em movimento, deslocando-se, renovando-se, reinterpretando-se, atravessando o tempo, conservando a sua potencialidade de capturar, modelar, gerir e prover sentidos, promover subjetivações. Localizamos em Foucault (2013) a colonização da punição pela Disciplina, desativando o Suplício assumindo a forma-prisão como modelo punitivo hegemônico, um Dispositivo que não se resume ao isolamento, mas à disseminação de uma tecnologia que inclui a normalização na execução penal, produz saberes de transformação correcional do indivíduo, Dispositivo reformado, atualizado e replicado sobre suas bases iniciais, ainda que desde sua ascensão seja reconhecido justamente pelo fracasso na efetivação de seus objetivos declarados.

Expomos a discussão realizada por Raniere (2014), que denomina como Utopia Correcional o Dispositivo representado pela manutenção do investimento no sujeito-indivíduo ao longo de todas as reformas dos sistemas brasileiros de intervenção ao adolescente em conflito com a lei. Enquanto a técnica de modelação no formato intramuros permanece concentrado na rotina, nas MSEMA a correção seria deslocada para a ação junto a formação da identidade dos adolescentes, por meio de outras tecnologias de Controle e Disciplina. A educação social estaria se agenciando a três grandes tecnologias do CMI: a Responsabilidade, concepção deontológica na qual os sujeitos devem sempre responder por suas ações, na medida em que essas sempre são escolhas racionais frente a livre vontade individual, independente das circunstâncias e condições materiais; a Identidade, receptáculo existencial da responsabilização, moldável, docilizável e pedagogicamente corrigível; e os Direitos Humanos, que justificam as estratégias de governabilidade e são utilizados, aproveitando-se do ideário da igualdade, para legitimar a responsabilização de jovens pobres.

Em seguida, discutimos o SINASE na sua intencionalidade jurídica, a repressão pela legalidade, revestida com a retórica da proteção e garantia dos Direitos, que não se apresenta enquanto mecanismo de Seguridade que previne as privações, mas socorre tardiamente os sujeitos, a partir da necessidade da regulação do fenômeno do conflito com a lei. Citamos os mecanismos de seletividade punitiva (D'ELIA FILHO, 2011), Dispositivo que, historicamente e em coerência com o pensamento hegemônico, estabelece quais serão as ilegalidades a serem punidas ou toleradas, o que, no limite, define onde haverá vigilância, quem deliberará o filtro e quais grupos serão efetivamente confrontados com a lei (BATISTA, 2003). Pontuamos

como as Varas da Infância não julgam somente os delitos, mas examinam os adolescentes e suas famílias (DONZELOT, 1980), instaurando uma lógica de ambivalência na qual a proteção é operada por intermédio da punição. O SINASE, assim, geralmente socorre tardiamente adolescentes que passam a vida privados de direitos básicos e que, lançados muito cedo à uma vida marcada pela necessidade de obter ganhos financeiros, só ganham visibilidade após quebrar com o pacto social.

Na última parte do terceiro capítulo, argumentamos que o SINASE, sobretudo as MSEMA, funcionam em um duplo registro legal e tutelar. Optamos por estabelecer uma leitura não apenas do atendimento socioeducativo (BRASIL, 2006), mas reconhecer o SINASE enquanto um Dispositivo que se materializa junto a agentes que se encadeiam em uma lógica de estabelecimentos transversais, prolongando-se desde a apreensão até o atendimento (BRASIL, 1990, 2012a). Arriscamo-nos em uma rápida descrição panorâmica dos agentes e das ações dentro do Sistema, apontando para uma ambivalência entre o caráter sancionatório e educativo das MSEs, pouco reconhecida pelos agentes das MSEMA, concluindo com Saliba (2006b, 2006a) que a ação educativa dissimula a coerção e o poder, como um disfarce para o controle e a normalização.

No quarto capítulo, aprofundamos um panorama do atendimento socioeducativo, revisando trabalhos da literatura recente sobre nas MSEMA, com especial atenção às práticas do profissional Psicólogo. Observamos uma variedade de abordagens teóricas guiando as práticas na Psicologia, como a Psicanálise, a Clínica do Comportamento, a Psicologia Sócio-Histórica e a Esquizoanálise. No quadro geral, vimos equipes técnicas compostas por psicólogos, assistentes sociais, pedagogos, e até mesmo agrônomos, bem como como secretários ou agentes administrativos, orientadores ou educadores sociais, profissionais de serviço gerais, sendo comum a adequação do número de técnicos ao exigido nas normativas oficiais sobre recursos humanos, mas que não representavam a totalidade das equipes, havendo relatos de sobrecarga de trabalho. Os técnicos trabalhavam em direções de atendimento que didaticamente organizamos em três quadros: a via pragmática, com objetivos práticos e pedagógicos diretos; a via reflexiva, com objetivos subjetivos e a expectativa de um trabalho de si; e a via relacional, na qual a expectativa é a construção de vínculos. Quanto aos objetivos do trabalho Socioeducativo, expomos os mais diversos: a construção, reconstrução ou estruturação do projeto de vida dos adolescentes; repensar a vida, com autonomia e singularidade; cartografar e co-

produzir trajetórias; mudar o comportamento dos adolescentes; promover socialmente; incluir na escola, no trabalho e possibilitar o acesso a direitos como saúde, cultura e esporte; objetivos que sintetizam a fórmula 'orientar, acompanhar/sensibilizar e auxiliar/encaminhar', ainda que por vezes esbarrando na imposição. Demonstramos que há também o reconhecimento da esfera sancionatória das MSEMA, como sanção jurídico-penal, a responsabilização, a vigilância, mais problematizadas nos trabalhos realizados pelos pesquisadores das ciências sociais. Registramos algumas estratégias de atendimento, como os atendimentos individuais e grupais, as palestras e oficinas, bem como as saídas externas. Destacamos o trabalho no território, com as Visitas Domiciliares e Institucionais, bem como as PSCs como um alargamento do campo de intervenção, fiscalização e proteção, característico das MSEMA. Apresentamos os encaminhamentos como importantes estratégias de proteção, principalmente relacionados à documentação, à escolarização, aos serviços socioassistenciais, à formação profissional e a inserção no mundo do trabalho, apontando também para a possibilidade de os encaminhamentos agirem como estratégia adaptativa e Disciplinar. Discutimos o vínculo como ferramenta valorizada no trabalho social, que surge ou é planejadamente construído na relação com os atendidos e depois utilizado como elemento facilitador das intervenções para o acompanhamento. Por fim, comentamos aspectos referentes à relação dos técnicos socioeducativos com o judiciário.

No quinto e último capítulo, sustentados por todo o percurso teórico até ali realizado, permitimo-nos contribuir com problematizações mais circunscritas ao trabalho social/socioeducativo, partindo de nossa experiência de intensão intercessora e destacados alguns núcleos de discussão surgidos da análise categorial de nosso diário de campo, que foram o Modo Filantrópico, a relação de Tutela, a Gestão do ócio e a educação para o Trabalho, bem como a Visita Domiciliar.

Apresentamos os Paradigmas Socioassistenciais (BENELLI, 2014a; SOUZA, 2015), sinalizando o Modo Filantrópico, de intenção correcional, docilizadora, ortopédica e apolítica, no qual os estabelecimentos são modelados como entidades provedoras, espaços para estabelecer a tutela e a ocupação do tempo dos atendidos, havendo uma contradição entre o discurso de proteção e as estratégias de persuasão, vigilância e controle dos comportamentos, visando a adaptação subordinada e a inclusão excludente dos indivíduos com base em uma tecnologia tradicional: cursos semi-profissionalizantes, prevenção do ócio, etc. Em sua oposição, discorreremos sobre



o Paradigma do Sujeito de Direitos, baseado na emancipação, na cidadania e comprometido com a transformação social, operado por equipes que se recusam aplicar intervenções tuteladoras ou vinculadas a uma mera adaptação ao sistema social, inclinadas a encorajar modos de subjetivação singularizada e a implicação do sujeito cidadão de direitos como agente e protagonista de sua trajetória, situado frente aos conflitos e contradições da ordem social. Há a real problematização dos efeitos de causas estruturais e conjunturais da Questão Social, havendo uma coextensividade dos estabelecimentos com o território, com intervenções que rejeitam as inclinações para a vigilância, apostando na politização e mobilização das populações em busca de soluções efetivas e, com sucesso, modificações materiais na realidade. Argumentamos em seguida que os trabalhadores sociais podem responder mais a um ou outro desses Paradigmas e que a Análise de Implicação pode ser uma ferramenta fundamental para se reposicionar frente aos desafios do atendimento socioeducativo e do trabalho social, reconhecendo e problematizando práticas normalizadoras e tutelares, interrogando modos hegemônicos, localizando as brechas e atuando de modo singularizado.

Problematizamos a sobrevivência do que reconhecemos como uma gestão do ócio no atendimento socioeducativo a crianças e adolescentes, no qual diversas atividades, comumente genéricas e de execução amadora, são oferecidas como estratégia de vinculação e ocupação do tempo, secundárias ao objetivo de mantê-los em uma rotina pedagógica e Disciplinar. Apontamos também a aposta em cursos pseudoprofinalizantes e na estratégia da empregabilidade como instrumento privilegiado de proteção a jovens pobres. Discutimos o perigo das ações em políticas públicas estarem desqualificando as famílias pobres, naturalizando e reforçando a produção de infâncias desiguais – o jovem pobre educado para ser obediente e trabalhar precocemente em funções desqualificadas, o jovem abastado educado para se especializar e exercer funções de mando (NASCIMENTO; SCHEINVAR, 2005; BENELLI, 2014a). Introduzimos então a noção de Assistencialização das Políticas Sociais para referir à circunscrição das discussões e das políticas de Proteção Social ao campo das políticas assistenciais minimalistas, pedagogizantes e de poucas perspectivas emancipatórias, ao gosto dos interesses neoliberais (MOTA, 1995; RODRIGUES, 2007). Apresentamos um detalhamento das noções de Contrato e Tutela (DONZELOT, 1980; CASTEL, 1978), nas quais o acordo de troca operada pela tutela estabelece uma relação assimétrica, que desqualifica, infantiliza e efetua uma

desposseção da autonomia daquele que a ela está submetido. Discutimos algumas manifestações da desqualificação tutelar atuante nas ofertas socioassistenciais e em seguida elaboramos um quadro didático, distinguindo as diferentes configurações nas quais uma família se inscreve na ordem do contrato, com a preservação da autonomia nas decisões sobre sua prole, o campo da tutela, onde a autonomia é parcialmente sequestrada e regulada pelo complexo tutelar, e o campo da punição legal, que determina a supressão total da autonomia. Situamos as MSEMA na imbricação entre os últimos dois campos, utilizando recursos tanto de um quanto do outro.

Discutimos, ainda, como decorrência das problematizações que envolvem a Tutela, as desqualificações da Intimidade e da Privacidade, operadas pela banalização das intervenções dos trabalhadores sociais. No campo da intimidade, refletimos como a dimensão do Exame está presente na prática da descritibilidade e do acúmulo de informações biográficas dos sujeitos atendidos – transformados em casos –, dados utilizados para eventualmente produzir burocracia, ou para exercer algum tipo de poder, como a concessão de benefícios. Esses dados muitas vezes são coletados esparsamente, em diferentes contextos e lugares, repassados de trabalhador para trabalhador, em uma rede que muito se aproxima da noção de Vigilância Hierárquica. Ao mesmo tempo, a história e o contexto individual são utilizados para estabelecer hipóteses que sustentem a dimensão existencial da vulnerabilidade atual, assim como para estabelecer os alvos relacionais das intervenções futuras, como se o contexto de expropriação do MPC, seus corolários e modelos de subjetivação não fossem reveladores o suficiente para compreender a maioria dos casos atendidos pela Assistência Social e pelo SINASE. Chamamos isso de uma dupla violência, pois, primeiro, a família privada de direitos é expropriada nas relações do MPC. Depois, vê-se obrigada a recorrer à assistência, o que implicará em um regime de contrapartidas, como participar em grupos obrigatórios, expor sua vida para desconhecidos e profissionais diversos, circular entre os diversos estabelecimentos públicos, compartilhar as decisões privadas, etc. Relacionado a ordem das tecnologias e teorias do trabalho social, bem como ao fenômeno da assistencialização das políticas sociais, problematizamos a despolarização e o esvaziamento do debate sobre políticas sociais universalistas como alternativa ao enfrentamento das expressões da Questão Social, naturalizando o modelo minimalista como estratégia de enfrentamento da desigualdade social. Discutimos também a banalização da Intervenção Domiciliar, instrumento cuja aplicação supõe decisões

técnicas baseadas em motivações arrazoadas, mas que comumente é utilizada indiscriminadamente, na medida em que a Tutela exerce uma desqualificação da privacidade dos atendidos, transformando a vida privada em um objeto de investigação, sendo a casa dos pobres um dos campos de experimento. Por fim, destacamos o binômio punição/proteção, situando as MSEMA em um extremo do complexo tutelar, na fronteira entre o Tutelar e a Punição Legal.

Podemos, para finalizar, aglutinar algumas considerações mais assertivas e propor a seguir algumas provocações/problematizações, retomando a hipótese que guiou esse trabalho: o ideário socioeducativo no Brasil contemporâneo consiste em uma associação entre o repressivo-correcional e o pedagógico-assistencial, de modo que o fenômeno do conflito com a lei ainda é remediado com uma tecnologia Disciplinar direcionada ao adolescente e sua família, desenvolvido por uma classe de trabalhadores/educadores sociais (DONZELOT, 1980; BENELLI, 2014a) que aplicam seus saberes no acompanhamento socioeducativo, mediando parcas ofertas de acesso a cidadania e investindo na rotina e na identidade dos indivíduos, bem como na produção de espaços de sociabilidade, longe de poderem intervir efetivamente nas condições materiais de pobreza em que vive a maior parte da população que atendem (CASTEL, 1987).

Duas certezas nos movem: ainda não encontramos modelo definitivo de Socioeducação, poderíamos inclusive supor que, no caso dos adolescentes em cumprimento de MSEs, a atual configuração nos aproxima mais do Código de Menores do que de um futuro modelo revolucionário que permitiria a esses adolescentes viverem uma vida digna – a pobreza estrutural e os assassinatos da juventude brasileira justificam nossa radicalidade (MELO; CANO, 2014, 2017; LIMA, 2009; BAVIA, 2018; PIVETA, 2018; SILVA; OLIVEIRA, 2015; ABRINQ, 2017; LONDRINA, 2015). A segunda certeza, adquirida nos anos de trabalho e estudo sobre as MSEs, é de que a problemática não se resolve somente com abordagens terapêuticas ou pedagógicas. Na maioria das situações que atendemos, descobrimos vulnerabilidades que são direta ou indiretamente relacionadas com as expressões da Questão Social. Talvez esse seja exatamente o motivo pelo qual os saberes Psi estão inseridos nos sistemas de atendimento a adolescentes em conflito com a lei há décadas e ainda não foram suficientemente capazes de apresentar uma metodologia

eficiente para a resolução deste fenômeno<sup>88</sup>. Deixamos as certezas e passaremos às provocações/problematizações.

Consideramos falsa a suposição de que a prática dos trabalhadores sociais tem à sua disposição saberes, técnicas e ferramentas que possam efetivamente sanar todas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas que a eles recorrem. Se assim fosse, estaríamos concordando com a aceção de que as famílias pobres se encontram em vulnerabilidade porque lhe faltam recursos internos, sabedoria de vida ou qualquer outra coisa que o valha, o que é da mesma ordem da culpabilização familiar e da atribuição de imoralidade, do estigma da incompetência e do desconhecimento (COSTA, 1999). Parece importante não assumir uma posição hierárquica, de suplência da autonomia alheia, de mestria ou entregar-se a vaidade de uma postura provedora. O trabalho Socioeducativo/Social coloca os profissionais diante de famílias e sujeitos diminuídos, sofridos, estigmatizados. Estabelecer uma relação verticalizada, de especialista que tem o saber e as habilidades de articular todos os recursos, sempre ali disponíveis e nunca acessados por aqueles sujeitos, tacitamente reitera uma culpabilização, a atribuição do fracasso, da inabilidade e da ignorância. O trabalhador social é um coadjuvante, cuja atuação pressupõe a grande responsabilidade de calcular os efeitos éticos e políticos de suas ações (BENELLI, 2014a, 2014b, 2017), consciente do poder a ele concedido pela natureza dos lugares estabelecidos pela relação de intervenção. Cabe, portanto, não desqualificar, infantilizar ou reduzir a objeto aqueles sujeitos a quem se oferece a atenção. É necessário um constante reposicionamento e análise de implicação, identificar as práticas Disciplinares, contorná-las, buscar as brechas e singularizar o atendimento Socioeducativo.

Tão dedicados que somos ao trabalho social, geralmente tomado como campo de militância, às vezes de vocação, a crítica aos modelos hegemônicos parecem contradizer aquilo que se faz cotidianamente. Nas pesquisas realizadas pelos trabalhadores sociais, observamos a tendência a estabelecer uma rede de reciprocidade e cumplicidade entre pares, focadas na retórica do aprimoramento mais do que a repensar as práticas. É, talvez, no que diferem os trabalhos efetuados pelos pesquisadores das Ciências Sociais, por exemplo, que discutem a Socioeducação

---

<sup>88</sup> Não podemos afirmar que assim seja em outras partes do mundo, mas bem sabemos da realidade brasileira e dos impasses que enfrentamos em nosso país.

com uma distância que os autoriza a liberdade de apontar seus limites e interrogar aspectos hegemônicos.

No momento atual, emergem mais questões do que respostas, existindo poucos vislumbres de soluções efetivas e plenamente realizáveis que pudessem reorientar o trabalho Socioeducativo e produzir rupturas – possivelmente revolucionárias – que redundassem em um cuidado efetivo, criativo, singularizante e que inscrevesse concretamente os adolescentes atendidos no pleno enlevo da cidadania, não limitado à gestão e a administração da pobreza, baseadas em concessões táticas ofertada por um Estado lapidado pelos interesses de uma elite compromissada apenas com o MPC. Ou, antes, que tomassem corpo as estratégias de prevenção que antecedessem o ato infracional – essas previstas no ECA como Direitos Fundamentais e lastreados pela Constituição Federal (BRASIL, 1988, 1990) – o que depende muito mais de reformas macropolíticas e socioeconômicas do que das tecnologias pedagógicas, tutelares ou disciplinares.

Por enquanto, mesmo que isso não aplaque as angústias do trabalhador socioeducativo mais crítico, nos parece importante interrogar práticas enraizadas, confrontar paradigmas e questionar modelos estratificados, utilizando para isso consistentes ferramentas teóricas e uma coerente análise crítica. Ainda que o atual limite possa consistir em atuar pelas brechas, localizando e contestando as estratégias disciplinares, as intervenções serializadas, as soluções ortopédicas e as ofertas assistencializadas, o simples questionamento de uma verdade dogmática no cotidiano de um estabelecimento institucional pode configurar uma contribuição para a emergência de novos saberes e de novos sentidos nas práticas daquele contexto (GALIEGO; COSTA-ROSA, 2018).

## REFERÊNCIAS

ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. São Paulo: Fundação ABRINQ, 2017. 57p.

ABRAMIDES, M. B. C. Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS “O Congresso da Virada” 1979. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 128, p. 181-186, jan./abr. 2017.

ADORNO, L. Abordagem nos Jardins tem de ser diferente da periferia, diz novo comandante da Rota. **UOL**, São Paulo, 24 out. 2017, Notícias. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/08/24/abordagem-no-jardins-e-na-periferia-tem-de-ser-diferente-diz-novo-comandante-da-rota.htm>. Acesso em 10/01/2018.

AGAMBEN, G. O que é um dispositivo? *In*: AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Chapecó, SC: Argos, 2009. p. 25-54.

AGUIAR, A. A. Entre as ciências da vida e a medicalização da existência: uma cartografia da psiquiatria contemporânea. *In*: Encontro Mundial Estados Gerais da Psicanálise, 2, 2003, Rio de Janeiro, **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Estados Gerais da Psicanálise, 2003. 14p.

ALMEIDA, A. C. S. **Desproteção social no âmbito da dinâmica dos serviços do SUAS**: um estudo a partir da realidade cotidiana das famílias atendidas no CREAS. 2016. 275 f. Tese (Doutorado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ALMEIDA, R. M. M. **O elaborar da vergonha e da raiva: desatando nós para o trabalho socioeducativo**. 2014. 195 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

AMARO, S. **Visita Domiciliar**: Guia para uma abordagem complexa. 2.ed. Porto Alegre: AGE, 2007. 64p.

ANDRADE, O. Manifesto antropofago. **Revista de Antropofagia**, São Paulo, ano 1, nº. 1, p. 3 e 7, mai. 1928.

ANTUNES, S. E.; SILVA, O. G. T. Entendimentos e concepções dos profissionais do Creas sobre o papel do esporte nas medidas socioeducativas PSC e LA. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Brasília, v.40, n.2, p.170-176, fev. 2018

ARANTES, E. M. M. Envolvimento de adolescentes com o uso e tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *In*: BRITO, L. M. T. (Org.). **Jovens em Conflito com a lei**: a contribuição da universidade ao sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 63-74.

ARANTES, E. M. M. Estatuto da criança e do adolescente: doutrina da proteção integral é o mesmo que direito penal juvenil? *In*: ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além**

**das grades:** elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 63-78.

AZEVEDO, M. M. **O Código Mello Mattos e seus reflexos na legislação posterior.** [S.l.:s.n.], 2007. 37p. Disponível em: [http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo\\_mello\\_mattos\\_seus\\_reflexos.pdf](http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/30354/codigo_mello_mattos_seus_reflexos.pdf). Acesso em 02 dez. 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 2002. 226p.

BAREMBLITT, G. **Compêndio de análise institucional e outras correntes:** teoria e prática. 4.ed. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Ventos, 1998. 235p.

BARROS, R. B. **Grupo:** a afirmação de um simulacro. 2.ed. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2009. 350p. (Coleção Cartografias).

BARROS FILHO, A. S. 2012. 153 f. **A atuação da igreja católica junto ao adolescente em conflito com a lei:** a Pastoral do Menor e o Programa Liberdade Assistida Comunitária. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Departamento de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BATISTA, V. M. **Difíceis ganhos fáceis:** droga e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.152p.

BAVIA, B. A. **Políticas públicas e medidas de proteção: o olhar dos adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto em Londrina-PR.** 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2018.

BENELLI, S. J. **Pescadores de homens:** a produção da subjetividade no contexto institucional de um seminário católico. 2003. 397 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003.

BENELLI, S. J. A cultura psicológica no mercado de bens de saúde mental contemporâneo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 26, n. 4, p. 515-536, out./dez. 2009.

BENELLI, S. J. As éticas nas práticas de atenção psicológica na assistência social. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 31, n. 2, p. 269-287, abr./jun. 2014b.

BENELLI, S. J. **Entidades Assistenciais Socioeducativas:** a trama institucional. Petrópolis: Vozes, 2014a. 237p.

BENELLI, S. J. **A lógica da internação:** instituições totais e disciplinares (des)educativas. São Paulo: UNESP Digital, 2015. 252p.

BENELLI, S. J. O campo socioassistencial e as figuras diversas do trabalhador social. *In:* BENELLI, S. J. **Psicologia e Assistência Social:** interfaces políticas, clínicas e éticas. Assis: Unesp, 2016. Mimeografado.

BENELLI, S. J. Risco e vulnerabilidade como analisadores nas políticas públicas sociais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n.4, p. 735-745, 2016.

BENELLI, S. **Problematizando a instituição pesquisa na universidade e nas práticas psicológicas**: questões epistemológicas e éticas. Assis: Unesp, 2017. Mimeografado.

BENELLI, S.; COSTA-ROSA, A. Para uma crítica da razão socioeducativa em entidades assistenciais. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 539-563, out./dez. 2011.

BENELLI, S.; COSTA-ROSA, A. Conselhos Municipais: prática e impasses no cenário contemporâneo. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 17, n. 4, p. 577-586, out./dez. 2012a.

BENELLI, S.; COSTA-ROSA, A. Paradigmas diversos no campo da assistência social e seus estabelecimentos assistenciais típicos. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 23, n. 4, p.609-660, 2012b.

BENELLI, S.; COSTA-ROSA, A. Dispositivos institucionais filantrópicos e socioeducativos de atenção à infância na assistência social. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 283-301, abril/jun. 2013.

BENELLI, S.J.; RIBEIRO, I.G.S. Políticas públicas para crianças e adolescentes no Brasil: uma problematização do SINASE. *In*: MATTIOLI, O. C.; ARAÚJO, M.F.; RESENDE, V. R. (Org.). **Violência, direitos humanos e políticas**: avanços e impasses. Curitiba: CRV, 2014. p. 09-32.

BIRMAN, J. Sobre o mal-estar, na modernidade e na brasilidade. *In*: BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 57-78.

BOCCO, F.; LAZZAROTTO, G. D. R. (infr)atores juvenis: artesãos de análise. **Psicologia & Sociedade**. [Belo Horizonte], v. 16, n. 2, p. 37-46, maio/ago. 2004.

BOCCO, F. **Cartografias da infração juvenil**. 2016. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

BOEIRA, D. A.; MACHIESKI, E. S.; RIBEIRO, J. B. Castigos, revoltas e fugas: a Fundação do Bem-estar do Menor retratada nas páginas da Folha de São Paulo 1980-1990. **Aedos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 456-480, ago. 2017.

BORBA, T. J. A. **As formas de expressão do conservadorismo na política de assistência social e sua reprodução na prática profissional dos(as) assistentes sociais nos CRAS de João Pessoa-PB**. 2015. 120f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

BRASIL. **Lei nº. 2.040, 28 de setembro de 1871**. [Rio de Janeiro]: Assembleia Geral, 1871. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496715/Lei%20do%20Ventre%20Livre%20-%201871.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 dez. 2017.



BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Promulga o Código Penal. [Rio de Janeiro]: 1890. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D847.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D847.htm). Acesso em 08 ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927**. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1927. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm). Acesso em 19 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Código Penal. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 01 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº. 6.026, de 24 de novembro de 1943**. Dispõe sobre as medidas aplicáveis aos menores de 18 anos pela prática de fatos considerados infrações penais e dá outras providências. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1943. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6026-24-novembro-1943-416164-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 04 nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº. 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Brasília: Presidência da República, 1979. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm). Acesso em: 09 nov. 2018.

BRASIL. **[Constituição, 1988]**. Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, 5 de outubro de 1988. Brasília: Assembleia Nacional Constituinte, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 13 dez. 2017.

BRASIL. **Lei nº. 8.069, de 13 de junho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em: 02 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional da assistência Social - PNAS/2004, Norma Operacional Básica - NOB/SUAS**. Brasília: MDS/SNAS, 2005. 177p.

BRASIL. **Projeto de lei n. 1627 de 13 de julho de 2007**. Dispõe sobre os sistemas de atendimento socioeducativo, regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente, em razão de ato infracional, altera dispositivos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, [2007?]. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=79184AC62668B90A4EF6B1BA700E7B5F.proposicoesWebExterno1?codteor=483743&filena me=PL+1627/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=79184AC62668B90A4EF6B1BA700E7B5F.proposicoesWebExterno1?codteor=483743&filena me=PL+1627/2007). Acesso em 27 nov. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília: CONANDA, 2006, 100p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Tipificação nacional de serviços socioassistenciais**. Texto da resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília: MDS. 2009. 121p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome/Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS**. Brasília: MDS/SNAS, 2009. 76p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. Brasília: MDS/SNAS, 2011. 120p.

BRASIL. **Lei nº. 12.594, de 18 de Janeiro de 2012**. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional. Brasília: Presidência da República, 2012a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12594.htm). Acesso em 02 dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Concepção de Convivência e Fortalecimento de Vínculos**. Brasília: MDS/SNAS, [2012?], 54p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Levantamento anual dos/as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa – 2012**. Brasília: SDH, 2014. 77p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Assistência Social**: Política de Direitos à Seguridade Social Brasília: MDS, 2013a. 144p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Vigilância Socioassistencial**: Garantia do Caráter Público da Política de Assistência Social. Brasília: MDS, 2013b. 124p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Proteção de Assistência Social**: Segurança de Acesso a Benefícios e Serviços de Qualidade. Brasília: MDS, 2013c. 108p.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria dos Direitos Humanos. **Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – Levantamento nacional 2011**. Brasília: SDH, 2012b. 51p.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Caderno de Orientações Técnicas**: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Brasília: MDS/SNAS, 2016. 118p.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento anual SINASE 2015**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018a. 23p.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos (MDH). **Levantamento anual SINASE 2016**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018b. 28p.

BRITO, L. M. T. Avaliação dos Adolescentes pelas equipes que atuam no sistema socioeducativo. *In*: BRITO, L. M. T. (Org.). **Jovens em Conflito com a Lei**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000. p. 115-126.

CARVALHO, M.J.L. Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: do “menor” à “justiça amiga das crianças”. **Configurações**, [s.l.], v. 20, p. 13-28, 2017.

CASSIN, M.P.S; RAMOS S.M.P.C; MORAIS, H.H.S. A assistencialização minimalista das políticas sociais no trato da questão social. *In*: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 3, 2013, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: CRESS 6ª Região, 2013. 16p.

CASTEL, R. **A gestão dos riscos**: da antipsiquiatria à pós-psicanálise. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1987. 198p.

CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica**: a idade de ouro do alienismo. 2.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. 222p.

CASTRO, E. **Vocabulário de Foucault**: Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. 477p.

CECCON, C.; OLIVEIRA, M. D. **A vida na escola e a escola da vida**. Petrópolis, Rio de Janeiro: 1982. 95p.

CFESS. CFESS manifesta: dia da/o assistente social. **CFESS**, Brasília, 15 mai. 2009.

CFP. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2007. 45p.

CFP. **Referências técnicas para atuação de psicólogos no âmbito das medidas socioeducativas em unidades de internação**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2010. 36p.

CFP. **Referências técnicas para atuação do em Medidas socioeducativas em Meio Aberto**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2012a. 80p.

CFP. **Referências Técnicas para a Prática de Psicólogas (os) no Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2012b. 58p.

CLOTET, J. **Bioética**: uma aproximação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. 246p.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008. 119p.

COELHO, C. S. S. **Vivenciando medidas sócio-educativas em Londrina**: um

olhar a partir de jovens presos. 2006. 132f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

COIMBRA, C.; NASCIMENTO, M. L. Jovens Pobres: O mito da Periculosidade. *In*: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. (Orgs). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 19-37.

COIMBRA, C. **Guardiães da Ordem**: Uma viagem pelas práticas psi no Brasil do “milagre”. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995. 371p.

COIMBRA, C. LEITÃO, M. B. S. Das essências às multiplicidades: especialismos psi e produções de subjetividades. **Psicologia & Sociedade**, [Belo Horizonte], v.15, n. 2, p. 6-17, jul./dez. 2003.

COLLARES, C. A. L.; MOYSÉS, M. A. A. **Preconceitos no cotidiano escolar**: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez / Campinas: UNICAMP-FE-FCM, 1996. 264p.

CORDEIRO, M. P.; CURADO, J. C. Psicologia na assistência social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, [Belo Horizonte], v. 29, p. 01-11, 2017.

CORDOVIO, F. Adolescentes em conflito com a lei, supostamente autores de ofensas sexuais. *In*: MOTTA, J.M.C.M; ALVES, L. F. **Psicodrama**: Ciência e arte. São Paulo: Ágora, 2011. p. 130-142.

CORREIA, M. C. B. A observação participante enquanto técnica de investigação. **Pensar Enfermagem**, [Lisboa], v. 13, n. 2. p. 30-36, 2. sem. 2009.

COSTA, D. P. **A inclusão de adolescentes em conflito com a lei em Londrina**: um desafio para a escola pública. 2013. 205 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. 4.ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999. 282p.

COSTA, M. F. **A Clínica da Urgência na Unidade de Pronto Atendimento**: da privatização da saúde a uma aposta no sujeito do inconsciente. 2016. 176 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

COSTA-ROSA, A. **Atenção Psicossocial além da Reforma Psiquiátrica**: contribuições a uma Clínica Crítica dos processos de subjetivação na Saúde Coletiva. São Paulo: Editora Unesp, 2013. 334p.

COSTA-ROSA, A. **Intercensões e análises sobre o processo de produção saúde-adoecimento-atenção no campo psíquico, num território municipal**: produção de novas tecnologias para o implemento da atenção psicossocial no sistema único de saúde. UNESP/Assis, 2008. Mimeografado.

D'ELIA FILHO, O. Z. **Acionistas do nada**: quem são os traficantes de droga. 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011. 140p.

DELEUZE, G. **O que é um Dispositivo**. Assis: UNESP, 2001. Mimeografado. (Tradução de Ruy de Souza Dias e Helio Rebello).

DELEUZE, G. **Conversações: 1972-1990**. Rio de Janeiro: 34, 1992. 232p.

DIEESE. **Pesquisa nacional da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em 21 jan. 2018.

DONZELOT, J. **A Polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980. 209p.

ENGUITA, F. M. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1989. 262p.

ENGUITA, F. M. **Trabalho, escola e ideologia: Marx e a crítica da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993. 351p.

FEFFERMANN, M. **Vidas Arriscadas: o cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 352p.

FELTRAN, G. S. Diário intensivo - a questão do adolescente em conflito com a lei em contexto. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**. [São Paulo], v. 4, p. 01-44, 2011.

FIORAVANTE, E. Modo de produção, formação social e processo de trabalho. In: GEBRAN, P. (Org.). **Conceito de modo de produção**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 31-45.

FODRA, R. E. P.; RIBEIRO, S. L.; COSTA-ROSA, A.; LUZIO, C. A. Metodologia de pesquisa qualitativa em saúde mental: a abordagem dialética. In: CONSTANTINO, E. P. (Org.). **Percursos da pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007. p. 79-101.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 431p.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 41.ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 291p.

FOUCAULT, M. **Segurança, Território, População: Curso dado no College de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572p.

FOUCAULT, M. **Em Defesa da Sociedade: Curso no College de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 382p.

FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. Introdução: Juventude, Para Além Dos Mitos. In: FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S (Orgs.). **Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 9-16.

FREITAS, C. D. R.; GUARESCHI, P. Assistência Social na perspectiva dos usuários: representações sociais e ideologia. In: **V Jornada de Pesquisa em Psicologia: diálogos interdisciplinares**, 2015, Santa Cruz do Sul. Anais [...]. Santa Cruz do Sul:

UNISC, 2015. 03p.

FREITAS, L. A instituição do fracasso. A educação da ralé. *In*: SOUZA, J. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 281-304.

GALIEGO, A. H. B. **O Dispositivo Intercessor como modo de produção do conhecimento**: construção do saber na práxis de um centro de atenção psicossocial de álcool e outras drogas. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

GALIEGO, A. H. B.; COSTA-ROSA, A. Saber e conhecimento: uma reflexão acerca do Dispositivo Intercessor como modo de produção do conhecimento (DImpc). *In*: TOLEDO, R.F.; COSTA-ROSA, T. E.; KEINERT, T. M. CORTIZO, C. T. **Pesquisa participativa em saúde: vertentes e veredas**. São Paulo: Instituto de Saúde, 2018. p. 267-292.

GALLO, A. E. Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. **Psicologia em Estudo**. Maringá, v. 13, n. 2, p. 327-334, abr./jun. 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GOFFMAN, E. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974. 316p.

GOMIDE, P. I. C. (Org). **Comportamento Moral**: uma proposta para o desenvolvimento das virtudes. Curitiba: Juruá, 2011. 300p.

GONÇALVES, H. S. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor de ato infracional. *In*: ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além das grades**: elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005. p. 35-62.

GUARESCHI, P. A. **Comunicação e poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1983. 92p.

GUATTARI, F. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**: Cartografia do desejo. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUERRINI, D. A noção de dever como categoria sociológica para a compreensão de ações no mundo contemporâneo. **Revista Brasileira de Sociologia**. [S.l.], v. 04, n. 08, p. 147-169. Jul/dez. 2016.

GUIMARÃES, A. M. **Vigilância, punição e depredação escolar**. Campinas: Papirus, 2003. 184p.

HARPER, B.; CECCON, C.; OLIVEIRA, M. D.; OLIVEIRA, R. D. **Cuidado, escola!** Desigualdade, domesticação e algumas saídas. São Paulo: Brasiliense, 1987. 118p.

HESS, R. O movimento da obra de René Lourau (1933-2000). *In*: ALTOÉ, S (Org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004. p.15-46.

JEFFERIES, J. O que estamos tentando fazer aqui é desarmar bombas: psicodrama com delinquentes graves. *In*: HOLMES, P; KARP, M. **Psicodrama: Inspiração e Técnica**. São Paulo: Ágora, 1992. p. 223-236.

JESUS, A. F.; PEZZATO, L. M.; ABRAHÃO, A. L. O uso do diário como ferramenta estratégica da análise Institucional para abordar o cotidiano do profissional de saúde: O caso do Dom Queixote. *In*: L'ABBATE, S. MOURÃO, L. C.; PEZZATO, L. M. (Orgs). **Análise Institucional e Saúde Coletiva**. HUCITEC: São Paulo, 2013. p. 206-234.

JUSTO, J. S. Prefácio. *In*: CONSTANTINO, E.P. (Org.). **Percursos da pesquisa qualitativa**. São Paulo: Unesp/Arte & Ciência, 2007. Mimeografado.

LATOUR, B. **Ciência em Ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011. 460p.

LAW, J. **After Method**: Mess in social science research. New York: Routledge, 2004.188p.

LIMA, C.B. **Jovens em conflito com a Lei**: liberdade assistida e vidas interrompidas. Londrina: EDUEL, 2009. 268p

LE MOS, F. C. S. **Crianças e adolescentes entre a norma e a lei**: uma análise foucaultiana. 2007. 219 f. Tese (Doutorado em História e Sociedade) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

LONDRINA. **Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo de Londrina**. SMAS/CMDCA, 2015. 123p.

LONDRINA. **Plano municipal para a infância e adolescência 2014-2023**. Londrina: SMAS/CMDCA, 2014. 137p.

LOURAU, R. **René Lourau na UERJ 1993**: Análise Institucional e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: UERJ, 1993. 114p.

LOURAU, R. Objeto e método da análise institucional *In*: ALTOÉ, S (Org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004a. p.66-86.

LOURAU, R. Uma apresentação da análise institucional. *In*: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004b. p. 128-139.

LOURAU, R. implicação e sobreimplicação. *In*: ALTOÉ, S. (Org.). **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. São Paulo: HUCITEC, 2004c. p. 186-198.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 327p.

MALVASI, P. A. **Interfaces da vida loka**: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo. 2012. 287 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade De Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

MAKARENKO, A. S. **Poema pedagógico**: primeira parte. 2.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1980a.

MAKARENKO, A. S. **Poema pedagógico**: segunda parte. 2.ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1980b.

MARINGONI, G. O destino dos negros após a Abolição. **Desafios do Desenvolvimento**. [Brasília], ano 8, n. 70, p. 34-42. 2011.

MARINHO, F. C. **Mudanças, resistências e composições na justiça juvenil**: abordagem comparativa entre Brasil e França. 2012. 326 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

MARTINI, R. B. **O dispositivo intercessor como meio de superação dialética da medicalização da saúde mental**. 2010. 95 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2010.

MARTINS, A. P. V. Bondade, substantivo feminino: esboço para uma história da benevolência e da feminilização da bondade. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 143-170, jul./dez. 2013.

MELO, D. L. B; CANO, I. (Orgs.). **Homicídios na adolescência no Brasil**: IHA 2012. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2014. 112p.

MELO, D. L. B; CANO, I. (Orgs.). **Índice de Homicídios na Adolescência**: IHA 2014. Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2017. 108p.

MEXKO, S. **Psicologia e assistência social**: contribuições da psicanálise de Freud e Lacan e do materialismo histórico. 2017. 128 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

MEXKO, S.; BENELLI, S.J.; COSTA-ROSA, A. Dispositivo intercessor: saber e conhecimento da práxis na política pública. *In*: **VII Congresso Internacional de Psicologia da UEM**, 2018, Maringá. Anais [...]. Maringá: UEM, 2018. 14p.

MICALI, J. M. **O dilema da descentralização de poder**: um estudo sobre as políticas de atenção ao adolescente autor de ato infracional no paraná. 2009. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

MORAIS, A.C; MALFITANO, A.P.S. Medidas Socioeducativas em São Paulo: os serviços e os técnicos. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 26, n. 3, p. 613-621. Dez. 2014.



MORAES, M. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 321-333, maio/ago. 2004.

MORAES, M.R. O processo de assistencialização das políticas sociais e a seguridade social brasileira. **Temas & Matizes**, Cascavel, v. 9, n. 17, p. 177-200, 1. sem. 2010.

MORAES, M. R. **O processo de assistencialização das políticas sociais e o serviço social**. 2009. 200 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MOREIRA, J. O.; SOUZA, J. M. P.; MELGAÇO, P.; GUERRA, A. M. C.; PEIXOTO, M. L. V. Os Desafios da Aplicação das Medidas Socioeducativa no Brasil: Uma Reflexão sobre Diferentes Relatos de Experiências. **Psychologia Latina**, [s.l.], v. 5, n. 1, p. 1-10, 2014.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**: Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez, 1995. 248p.

MOTA, A. E. Apresentação: o fetiche da assistência social. *In*: MOTA, A. E. (Org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010a. p. 15-18.

MOTA, A. E. Questão social e serviço social: um debate necessário. *In*: MOTA, A. E. (Org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010b. p. 21-57.

MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. *In*: MOTA, A. E. (Org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010c. p.133-146.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. A história não contada dos distúrbios de aprendizagem. **Cadernos CEDES**, [Campinas], n. 28, p.31-97, 1992.

MUNHOZ, S. R. **A construção do atendimento em um núcleo de medidas socioeducativas em meio aberto**. 2013. 188 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.

NASCIMENTO, M. L.; SCHEINVAR, E. Infância: Discursos de Proteção, Práticas de Exclusão. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2. p. 51-66. 2. sem. 2005.

NARDI, F. L.; DELL'AGLIO, D.D. Reflexões acerca do ato infracional e da medida socioeducativa: Estudos de caso. **Revista Interamericana de Psicologia**, Porto Alegre, v. 47, n. 1, p. 33-42, 2013.

NETO, J. L. F. Micropolítica em Mil Platôs: uma leitura. **Psicologia USP**, v. 26, n. 3, p. 397-406, 2015.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. **Temporalis**, Brasília, v. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

NETTO, J. P. Prefácio. *In*: MOTA, A. E. (Org). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 09-13.

OECD. **A broken social elevator?** How to promote social mobility. Paris: OECD Publishing, 2018. 355p.

PAULA, L. **Liberdade assistida**: punição e cidadania na cidade de São Paulo. 2011. 261 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

PASSAMANI, M. E. **A experiência de Liberdade Assistida Comunitária na percepção de seus operadores**. 2006. 176 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

PASSETTI, E. O menor no Brasil republicano. *In*: DEL PRIORI, M. **História da criança no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 1995. p.146-175.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. A Construção do Plano da Clínica e o Conceito de Transdisciplinaridade. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 16, n. 1, p. 071-079, jan./abr. 2000.

PASTORINI, A; GALÍZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 14/15, p. 72-102, 1. sem./ 2. sem. 2006.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**: uma introdução crítica à psicologia escolar. São Paulo: T.A. Queiroz, 1984. 230p.

PATTO, M. H. S. Para uma crítica da razão psicométrica. **Psicologia USP**, v. 8, n. 1, p. 47-62, 1997.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999. 421p.

PEREIRA, E. C. **Ensaio de intercessão institucional em um CAPS – Centro de Atenção Psicossocial**. 2011. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2011.

PEREIRA, F. C. S. C. **Análise do processo de construção do plano individual de atendimento para efetivação das medidas socioeducativas**. 2017. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2017.

PEREIRA, B. M. M.; SOUZA, D. R. A visita domiciliar como instrumento de trabalho do assistente social: a experiência no atendimento domiciliar ao idoso de uma policlínica em Niterói/RJ. *In*: Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro, 2, 2016, Niterói, **Anais [...]**. Niterói: CRESS RJ, 2016. 12p.

PÉRICO, W. **Contribuições da psicanálise de Freud e Lacan a uma psicoterapia outra**: a clínica do sujeito na saúde coletiva. 2014. 164 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual

Paulista, Assis, 2014.

PEZZATO, L. M.; PRADO, G. V. T. Pesquisa-ação e Pesquisa-Intervenção: Aproximações, Distanciamentos, Conjugações. *In: L'ABBATE, S. MOURÃO, L. C.; PEZZATO, L. M. (Orgs.). **Análise Institucional e Saúde Coletiva**. HUCITEC: São Paulo, 2013. p. 149-179.*

PERIN, S. D. A visita domiciliar como instrumento de apreensão da realidade social. *In: Encontro Nacional do Serviço Social no Ministério Público, 2, 2008, Brasília, **Anais [...]**. Brasília: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, 2008. 11p. Mimeografado. Disponível em: <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/fabiana.schmidt/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/a-visita-domiciliar-como-instrumento-de-apreensao-da-realidade-social-1/view>. Acesso em 07 ago. 2019.*

PIVETA, R. T. A. **Enunciados da mídia sobre as mortes de jovens da periferia: uma análise a partir do jornalismo impresso**. 2018. 143 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2018.

PORTO FILHO, C. **A produção de sentidos e o ato infracional: significações construídas no diálogo com os atores sociais com atuação na área da criminalidade juvenil**. 2012. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

PRADO, F. C. O.; MICALI, J. M. Perfil dos adolescentes que cumprem medida sócio-educativa em meio aberto no município de Londrina. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 8, n. 2, não paginado, jan./jun. 2006. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2\\_jaqueline.htm](http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c-v8n2_jaqueline.htm). Acesso em: 24 nov. 2018

RANIERE, E. **A Invenção das Medidas Socioeducativas**. 2014. 196 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RAUTER, C. Produção Social do Negativo: Notas Introdutórias. *In: Encontro Mundial Estados Gerais da Psicanálise, 2, 2003, Rio de Janeiro, **Anais [...]**. Rio de Janeiro: Estados Gerais da Psicanálise, 2003b. 17p.*

RAUTER, C. **Criminologia e subjetividade no Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003a. 128p. (Pensamento Criminológico; 8)

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005. 96p.

RIBEIRO, C. J. Problematizando o instrumento visita domiciliar. **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 16, v. 1, p. 209-221, jan./jun. 2010.

RIBEIRO, I. G. S.; BENELLI, S. J. Tensões discursivas nas políticas públicas para crianças e adolescentes: da educação para o trabalho aos efeitos subjetivantes. *In: LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D.; BRICIO, V. N.; MACEDO, A. E. A.; ARRUDA, A. B.; COSTA, J. M. (Orgs.). **Crianças, adolescentes e jovens: políticas inventivas transversalizantes**. Curitiba: CRV, 2015. p. 281-297.*

RIZZINI, I; PILOTTI, F. Introdução. *In*: RIZZINI, I; PILOTTI (Orgs). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 15-30.

RIZZINI, Irma. Meninos desvalidos e menores transviados: a trajetória da assistência pública até a Era Vargas. *In*: RIZZINI, I; PILOTTI (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 225-286.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores: do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. *In*: RIZZINI, I; PILOTTI (Orgs.). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011a. p. 97-150.

RIZZINI, Irene. **O século perdido**: Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2011b. 200p.

RODRIGUES, M. Balanço crítico do SUAS: assistência X assistencialização. **Em Foco**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 20-25, mar. 2009.

RODRIGUES, M. O exercício profissional 30 anos depois do Congresso da Virada. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 51-68, jan.-jul. 2012.

SALIBA, M. **Processo judicial de normalização**: cidadania ou controle coercitivo de comportamento? 2002. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002.

SALIBA, M. G. **A educação como disfarce e vigilância**: análise das estratégias de aplicação de medidas sócio-educativas a jovens infratores. 2006. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2006a.

SALIBA, M. G. **O olho do poder**: análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Editora UNESP, 2006b. 159p.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 2012. 176p.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 92p.

SANTOS, E. C. **O lugar da escola para os adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto**: expressões de direitos, de resistências e de reconhecimentos. 2016. 145 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Londrina, 2016.

SANTOS, L. A.; COSTA-ROSA, A. Intercessão-pesquisa e planejamento participativo como dispositivo de participação e emancipação do trabalho e do trabalhador na Saúde Coletiva. *In*: DIONISIO, G. H.; BENELLI, S. J. (Org.) **Políticas públicas e clínica crítica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 85-100.

SANTOS, T. S. Liberdade Assistida: uma tolerância intolerável. **Verve**, [São Paulo], n. 9, p. 115-128, 2006.

SAWAIA, B. B. O sentimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. *In*. SAWAIA, B. (org.). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 14.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 99-120.

SILVA, C. N. Igreja Católica, assistência social e caridade: aproximações e divergências. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 15, p. 326-351, jan./jun. 2006.

SILVA, F. P. P. **A Rede de Atendimento Socioeducativo em Meio Aberto e os Processos de Subjetivação de Adolescentes**. 2015. 205 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

SILVA, J. A. **Uma experiência do acompanhamento técnico psicológico ao adolescente em liberdade assistida (LA): contribuições psicanalíticas**. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2016.

SILVA, M. N. Assistencialização das políticas sociais? Breves notas sobre o debate contemporâneo. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 10, n.20, p.77-112, jul./dez. 2010.

SILVA, A. K.; HÜNING, S. M. O plano individual de atendimento como um analisador de políticas públicas no sistema socioeducativo. *In*: CRUZ, L. R. RODRIGUES, L. R., GUARESCHI, M. F. (Org.). **Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2013. p. 149-160.

SILVA, E. R. A.; OLIVEIRA, R. M.O. Adolescente em Conflito com a Lei e o Debate sobre a Redução da Maioridade Penal: Esclarecimentos Necessários. **Nota Técnica IPEA**, Brasília, n. 20, 41p. jun. 2015.

SOUZA, A. P. **O Guardião da cidade: reflexão sobre casos de violência praticados por policiais militares**. São Paulo: Escrituras Editora, 2013. 252p.

SOUZA, J. Introdução. *In*: SOUZA, J. (Org.). **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p. 15-26.

SOUZA, W. A. **A assistência social e o trabalho com as pessoas em situação de rua no CREAS: um campo de intercessão**. 2015. 162 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2015.

STRINGHETA, L. V. H. O.; COSTA-ROSA, A. O grupo intercessor: saber e conhecimento da práxis “psi” na atenção básica. *In*: CONSTANTINO, E. P. (Org.). **Percursos da pesquisa qualitativa em psicologia**. São Paulo: Arte & Ciência, 2007. p. 145-161.

TAKEUTI, N. M. **No outro lado do espelho: a fratura social e as pulsões juvenis**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 345p.

TEIXEIRA, J. D. **Dos sujeitos e lugares da punição: da passagem do/a jovem perigoso/a para o/a jovem em perigo.** Um estudo das dimensões do dispositivo da gestão dos riscos e de controle social da juventude. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

THEODORO, M.; DELGADO, G. Política social: universalização ou focalização – subsídios para o debate. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**, [Brasília], n. 7, p. 122-126, ago. 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987. 175p.

TONON, A. S. **A operacionalização do plano individual de atendimento junto às medidas socioeducativas em meio aberto.** 2014. 121 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

UBEE. **Trilhas interditadas: medidas socioeducativas uma prática humanizada.** Belo Horizonte: União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE) – Província Marista do Brasil Centro-Norte, 2004. 172p.

UNICEF. **Bem-estar e privações múltiplas na infância e na adolescência no Brasil.** Brasília: Unicef, 2018. 188p.

VEIGA-NETO, A.; SARAIVA, K. Educar como arte de governar. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v.11, n.1, p.5-13, jan./jun. 2011.

ZEITOUNE, C. M. **A Clínica Psicanalítica do ato infracional - Os impasses da sexuação na adolescência.** 2010. 170 f. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ZEITOUNE, C. M. A clínica psicanalítica do ato infracional: os impasses da sexuação na adolescência. **Psicanálise & Barroco em revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p.117-134, dez. 2011.

VIANNA, M. L. T. W. A nova política social no brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, n. 18, 1º sem. 2008.

VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. 86p.

WILLIS, S. T. Quem vem lá?: Psicodrama grupanalítico para adolescentes problemáticos. *In*: HOLMES, P; KARP, M. **Psicodrama: Inspiração e Técnica.** São Paulo: Ágora, 1992. p. 145-168.

YAZBEK, M. C. A pobreza e as formas históricas de seu enfrentamento. **Revista de Políticas Públicas**, São Luiz, v. 9, n. 1, p. 217-228, jul./dez. 2005.

YAZBEK, M. C. A assistência social na prática profissional: história e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 27, n. 85, p. 123-132, mar. 2006.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento.

**Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 288-322, abr./jun. 2012.

ZIZEK, S. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 07-38.

# ANEXOS





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA

Estado do Paraná

### AUTORIZAÇÃO E EXISTÊNCIA DE INFRAESTRUTURA NECESSÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.

Eu, Amanda Boza Gonçalves Carvalho, coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS 2), autorizo a realização da pesquisa "O PSICÓLOGO NO CENÁRIO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: PROBLEMATIZANDO SABERES E FAZERES" nesta instituição, sob a responsabilidade do pesquisador Helder Barros e Souza.

Informo que o local dispõe de infraestrutura necessária e que esta será disponibilizada ao pesquisador para atendimento ao projeto, bem como para atender eventuais problemas dela resultantes, atendendo plenamente o Regimento do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis e normas complementares ao mesmo.

Londrina, 09/06/2017

Amanda Boza Gonçalves Carvalho, CPF: 043.799.979-36

Amanda B. G. Carvalho  
Coordenadora  
Creas 2



UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E LETRAS -  
CAMPUS DE ASSIS



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** O PSICÓLOGO NO CENÁRIO DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO: PROBLEMATIZANDO SABERES E FAZERES.

**Pesquisador:** HELDER BARROS E SOUZA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 69730217.1.0000.5401

**Instituição Proponente:** Faculdade de Ciências e Letras - UNESP/ Campus de Assis

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 2.180.429

#### Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa que tem como propósito atuar, investigar e problematizar a prática do psicólogo no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), mais precisamente em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) que executa medidas socioeducativas em meio aberto na cidade de Londrina. A pesquisa utilizará como estratégia teórico-metodológica o Dispositivo Intercessor (DI), que busca a superação da divisão entre o saber e o fazer, o pensar e o executar, ultrapassando a divisão técnica do trabalho entre o intelectual e o trabalhador. Teremos por base o referencial teórico da Análise Institucional francesa. A pesquisa será realizada através de 6 meses de inserção intercessora, ou seja, o momento do DI ocorrerá entre agosto de 2017 e janeiro do ano de 2018. A intercessão será realizada durante 24 horas semanais, divididas em 6 horas diárias. O trabalhador-intercessor, nesse campo, terá por função o acompanhamento junto a 20 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC, trabalho que será realizado interdisciplinarmente em uma equipe formada por outros 04 psicólogos, 05 Assistentes Sociais, 03 auxiliares educativos, 02 arte-educadores, 02 auxiliares administrativos, 01 motorista, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 coordenadora, totalizando 19 funcionários. Portanto, a pesquisa contemplará um total de 39 indivíduos.

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100

**Bairro:** Vila Tênis Clube

**CEP:** 19.806-900

**UF:** SP

**Município:** ASSIS

**Telefone:** (18)3302-5607

**Fax:** (18)3302-5804

**E-mail:** cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E LETRAS -  
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 2.180.429

#### Objetivo da Pesquisa:

A pesquisa terá como objetivo principal atuar, investigar e problematizar a prática do psicólogo, os saberes e os fazeres no cenário da imbricação entre a PNAS e o SINASE, tendo como lócus privilegiado o atendimento socioeducativo em meio aberto, executado em um CREAS com atuação específica no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de MSEs de LA e PSC.

Segundo o pesquisador serão objetivos secundários: Realizar levantamento e revisão bibliográfica sobre os temas relacionados a pesquisa.

Aprofundar conhecimentos sobre o arcabouço teórico do Institucionalismo.

Desenvolver uma análise crítica sobre as normativas oficiais de regulação e orientação do SINASE o e da PNAS.

Realizar um período de trabalho-intercessão operacionalizando o Dispositivo Intercessor (DI) no CREAS de Londrina, PR, com produção de registros em diário campo, relatando as experiências de intercessão.

Interpelar o campo de intercessão orientado pela possibilidade de atuação alinhada com a perspectiva do paradigma da Atenção Socioeducativa.

Redigir dissertação acadêmica, através da metodologia denominada Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC), realizando uma reflexão acerca da práxis executada pelo intercessor, discutindo a produção dos saberes inspirados pela intercessão-pesquisa.

#### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Em que pese o pesquisador afirmar que o mesmo não terá contato direto com o participante através de entrevistas, pois apenas observará a rotina de trabalho e de vivência dos participantes, porém informa a este comitê que o uso de diário de campo por um pesquisador pode influenciar na dinâmica institucional, podendo ser confundido com um instrumento de exame e vigilância, até mesmo gerando experiências persecutórias. Gostaríamos de deixar claro que todas as informações estão protegidas por sigilo, que todos os registros serão pertinentes à pesquisa e que nenhuma pessoa que dela participar terá sua identidade revelada ou identificada. Na ocorrência de riscos e ou desconfortos o pesquisador estará à disposição para esclarecer exaustivamente sobre os propósitos desta pesquisa, assim como estabelecer espaços de acolhida, escuta e pacificação de possíveis sentimentos e desconfortos que venham a se relacionar este trabalho, garantindo aos participantes da pesquisa a possibilidade de nos convocar a qualquer momento, mesmo após o término do cronograma previsto. Verificada a necessidade, encaminhamentos para acompanhamento especializado poderão ser realizados.

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100

**Bairro:** Vila Tênis Clube

**CEP:** 19.806-900

**UF:** SP

**Município:** ASSIS

**Telefone:** (18)3302-5607

**Fax:** (18)3302-5804

**E-mail:** cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E LETRAS -  
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 2.180.429

No que tange aos benefícios o pesquisador relata esperar contribuir na produção teórica sobre a atuação profissional do psicólogo no SINASE, em especial na inserção do psicólogo nas equipes dos CREAS, assim como colaboraremos no fortalecimento das políticas públicas voltadas aos adolescentes atendidos. Buscamos aprimorar o atendimento oferecido para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de uma pesquisa de pós-graduação a ser desenvolvida na cidade de Londrina que adota como metodologia o Dispositivo Intercessor como Meio de Produção de Conhecimento (DIMPC). A pesquisa está bem fundamentada teoricamente tendo como tempo de execução o prazo de dois anos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O pesquisador apresenta declaração de infraestrutura do local da pesquisa, dois TCLEs sendo um para os participantes profissionais que atuam no Serviço de Atenção ao Menor, outro para os pais e responsáveis dos menores. Apresenta também o termo de assentimento. Todos os termos estão de acordo com a legislação vigente.

**Recomendações:**

Nada a declarar

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Nihil.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Regimento Interno do CEP prevê que o pesquisador apresente relatórios, de acordo com as datas estabelecidas pelo CEP. O não encaminhamento dos relatórios implicará no impedimento temporário da apresentação de novos protocolos, até que este regularize a situação pendente. Os RELATÓRIOS deverão ser postados na Plataforma como NOTIFICAÇÃO em formulário estabelecido pelo CEP (<http://www.assis.unesp.br/#!/comite-de-etica/humanos/formularios/>) em FEVEREIRO/2018, OUTUBRO/2018 e MAIO/2019. No relatório Final deverá se informado como foi realizada a devolutiva aos participantes da pesquisa. ATENÇÃO: QUALQUER ALTERAÇÃO NO PROJETO DEVE SER INFORMADA AO CEP COMO EMENDA AO PROJETO.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100

**Bairro:** Vila Tênis Clube

**CEP:** 19.806-900

**UF:** SP

**Município:** ASSIS

**Telefone:** (18)3302-5607

**Fax:** (18)3302-5804

**E-mail:** cep@assis.unesp.br



UNESP - FACULDADE DE  
CIÊNCIAS E LETRAS -  
CAMPUS DE ASSIS



Continuação do Parecer: 2.180.429

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_919602.pdf	13/06/2017 15:52:51		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termo_de_assentimento_para_adolescentes_de_12_a_18_anos_CREAS_2.pdf	13/06/2017 15:51:20	HELDER BARROS E SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_crianças_adolescentes_CREAS_2.pdf	13/06/2017 15:50:57	HELDER BARROS E SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_adultos_CREAS_2.pdf	13/06/2017 15:50:34	HELDER BARROS E SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Helder_Projeto_Final.pdf	13/06/2017 15:44:00	HELDER BARROS E SOUZA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infraestruturaassinado.pdf	13/06/2017 15:29:44	HELDER BARROS E SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_Helder.pdf	13/06/2017 15:26:59	HELDER BARROS E SOUZA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

ASSIS, 20 de Julho de 2017

---

**Assinado por:**  
**CLAUDIO EDWARD DOS REIS**  
(Coordenador)

**Endereço:** Av. Dom Antônio, 2100

**Bairro:** Vila Tênis Clube

**CEP:** 19.806-900

**UF:** SP

**Município:** ASSIS

**Telefone:** (18)3302-5607

**Fax:** (18)3302-5804

**E-mail:** cep@assis.unesp.br



## TERMO DE ASSENTIMENTO

**Título do Projeto: O psicólogo no cenário do sistema socioeducativo em meio aberto: problematizando saberes e fazeres**

**Pesquisador responsável: Helder Barros e Souza**

**Local da Pesquisa: Centro de Referência de Assistência Social – CREAS 2**

**Endereço: Rua Finlândia, 143. Jardim Villas Boas, Centro. Londrina-PR**

### **O que significa assentimento?**

O assentimento significa que você concorda em fazer parte de uma pesquisa. Serão respeitados seus direitos e você receberá todas as informações por mais simples que possam parecer.

Pode ser que este documento denominado TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO contenha palavras que você não entenda. Por favor, peça ao responsável pela pesquisa ou à equipe do estudo para explicar qualquer palavra ou informação que você não entenda claramente.

### **I - Pesquisa e procedimentos**

#### **Informação ao Participante**

Pesquisar é um procedimento científico, onde um pesquisador tem uma dúvida sobre determinado assunto e busca responde-la, utilizando para isso de uma metodologia. O objetivo de uma pesquisa é conhecer melhor determinado objeto ou situação, atualizando teorias e produzindo conhecimentos que vão ajudar a melhorar a forma de fazer as coisas.

Nossa pesquisa está buscando refletir sobre o trabalho do Psicólogo no acompanhamento de medidas socioeducativas, a Liberdade Assistida e a Prestação de Serviços.

O importante desse trabalho é que ele busca contribuir para melhorar o atendimento oferecido aos adolescentes que estão cumprindo medidas. Ou seja, ao participar desta pesquisa você está colaborando também para que se produza novos conhecimentos, que podem ajudar a melhorar o trabalho dos psicólogos.

Essa pesquisa será feita da seguinte forma: o psicólogo que te atende está fazendo uma pesquisa e para isso utilizará um diário de campo, durante seis meses, onde ele vai estar sempre a fazer anotações sobre o trabalho dele. Como você é atendido por ele, é importante saber que pode acontecer de alguma anotação ser feita com base em alguma situação que surja durante o seu atendimento. Mas pode ficar tranquilo, esse diário vai ser escrito e lido somente pelo próprio psicólogo (pesquisador). Esse diário, depois, vai servir para que o pesquisador possa analisar e produzir um trabalho científico, nenhum nome vai aparecer, nem ninguém poderá ser identificado.

### **II - Sigilo/Anonimato**

A participação nessa pesquisa é totalmente protegida por sigilo e anonimato. Isso quer dizer que ninguém terá seu nome revelado, nem poderá ser identificado. Somente o pesquisador tem acesso aos nomes das pessoas que forneceram dados para a pesquisa.

### **III- Liberdades/Garantias**

A sua participação é voluntária. Caso você opte por não participar não terá nenhum prejuízo no seu atendimento e/ou tratamento. Se você concordar, basta assinar esse documento. Seu responsável terá de assinar também, em outro documento.

## TERMO DE ASSENTIMENTO

### IV – Procedimentos

Caso você aceite participar, seu papel é apenas continuar a ser atendido. Nossa metodologia não tem entrevista ou questionários, portanto, nesse sentido, nada muda para você. Como o psicólogo (pesquisador) estará fazendo anotações em um diário de campo, é importante que você saiba disso e que tenha a liberdade para pedir explicações, se tiver dúvidas. Caso comece a se sentir desconfortável, você pode nos procurar e falar sobre o que está sentindo, pois nosso interesse é que você fique bem. Você pode nos procurar mesmo após o fim da pesquisa, se precisar.

Se você ou os seus responsáveis tiver(em) dúvidas com relação ao estudo, direitos do participante, ou no caso de riscos relacionados ao estudo, você deve contatar o pesquisador responsável (o psicólogo Helder Barros e Souza) nos telefones (43) 3378-0416 / 3378-0006.

Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como um paciente de pesquisa, você pode contatar o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP) da FCL/Assis, pelo telefone 3302-5607. O CEP é constituído por um grupo de profissionais de diversas áreas, com conhecimentos científicos e não científicos que realizam a revisão ética inicial e continuada da pesquisa para mantê-lo seguro e proteger seus direitos.

### DECLARAÇÃO DE ASSENTIMENTO DO PARTICIPANTE

Eu li e discuti com o pesquisador responsável pelo presente estudo os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar, e que posso interromper a minha participação a qualquer momento sem dar uma razão. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para o propósito acima descrito.

Eu entendi a informação apresentada neste TERMO DE ASSENTIMENTO. Eu tive a oportunidade para fazer perguntas e todas as minhas perguntas foram respondidas.

Eu receberei uma cópia assinada e datada deste TERMO DE ASSENTIMENTO.

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Adolescente

\_\_\_\_\_  
Data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador Responsável

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**  
**(Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)**

Seu filho \_\_\_\_\_ está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O psicólogo no cenário do sistema socioeducativo em meio aberto: problematizando saberes e fazeres”, sob a responsabilidade do pesquisador Helder Barros e Souza, RG nº 20.540.012-0, servidor da Prefeitura Municipal de Londrina-PR, com endereço institucional na Rua Finlândia, 143, Jardim Villas Boas e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP de Assis, SP.

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do PARTICIPANTE ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo e-mail [cep@assis.unesp.br](mailto:cep@assis.unesp.br), ou diretamente com o pesquisador nos telefones (43) 3378-0416 / 3378-0006 ou e-mail [helder.souza@londrina.pr.gov.br](mailto:helder.souza@londrina.pr.gov.br).

**I. A pesquisa:**

Esta pesquisa tem por objetivo: atuar, investigar e problematizar a prática do psicólogo, os saberes e os fazeres no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, tendo foco no atendimento socioeducativo em meio aberto, executado em um CREAS, com atuação específica no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

**II. Procedimentos:**

Nossa pesquisa utilizará uma metodologia denominada Dispositivo Intercessor (DI). Funcionará em duas etapas: num primeiro momento, no CREAS 2, o Psicólogo pesquisador (trabalhador-intercessor) realizará suas funções mantendo o propósito de colaborar com a equipe no atendimento socioeducativo, refletindo sobre sua prática e contribuindo para interrogações. Esse período será acompanhado por registros em diário de campo. Esse diário de intercessão (ou diário de campo) é um instrumento privativo do pesquisador, no qual são realizados os apontamentos, registros, descrições e anotações que se referem às vivências experimentadas no cotidiano das práticas em campo, as observações institucionais e reflexões emergentes. Pela vivência institucional ser composta por relações, é muito provável que esse diário tenha citações a outras pessoas que compartilharam com o pesquisador determinadas situações. O diário é um instrumento de memória do pesquisador, cujo conteúdo é sigiloso e somente será conhecido pelo próprio pesquisador.

Num segundo momento, que é acadêmico, o pesquisador-intercessor utilizará seus registros no diário de campo para articular aquilo que foi produzido no dia a dia e o conhecimento acadêmico, de forma a produzir novos saberes, a partir da prática. Não serão utilizados outros métodos de investigação (entrevista, aplicação de questionários, etc).

**III. Riscos/Desconfortos e Benefícios**

*a) Possíveis riscos ou desconfortos.*

Sabemos que todo tipo de pesquisa influencia de alguma forma a instituição e os sujeitos pesquisados e que riscos e desconfortos podem acontecer de forma imprevisível. No nosso caso específico, entendemos que o uso de diário de campo por um pesquisador influencia na dinâmica institucional, podendo ser confundido com um instrumento de exame e vigilância, até mesmo gerando experiências persecutórias. Gostaríamos de deixar claro que todas as informações estão



**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**  
**(Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)**

protegidas por sigilo, que todos os registros serão pertinentes à pesquisa e que nenhuma pessoa que dela participar terá sua identidade revelada ou identificada.

*b) Formas de Acompanhamento e assistência em caso de ocorrência dos riscos ou desconfortos:*

Estamos disponíveis para esclarecer exaustivamente sobre os propósitos desta pesquisa, assim como estabelecer espaços de acolhida, escuta e pacificação de possíveis sentimentos e desconfortos que venham a se relacionar este trabalho, garantindo aos participantes da pesquisa a possibilidade de nos convocar a qualquer momento, mesmo após o término do cronograma previsto. Verificado a necessidade, encaminhamentos para acompanhamento especializado poderão ser realizados.

*c) Benefícios esperados:*

Esperamos contribuir na produção teórica sobre a atuação profissional do psicólogo no SINASE, em especial na inserção do psicólogo nas equipes dos CREAS, assim como colaboraremos no fortalecimento das políticas públicas voltadas aos adolescentes atendidos. Buscamos aprimorar o atendimento oferecido para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

**IV. Liberdades/Garantias**

O participante tem o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem quaisquer consequências, penalizações ou prejuízos, bem como a liberdade de não participar de momentos que possam causar-lhe constrangimento de qualquer natureza

**V. Sigilo/Anonimato**

A participação nessa pesquisa é totalmente protegida por sigilo e anonimato. Em hipótese nenhuma os participantes terão suas identidades reveladas ou identificadas. As informações obtidas no curso da pesquisa serão tratadas com absoluto rigor ético, sendo as identidades conhecidas única e exclusivamente pelo pesquisador.

**VI. Despesas**

Esta pesquisa não prevê despesas.

**VI. Publicação**

Esta pesquisa tem motivação científica, portanto, dela resultará uma dissertação de mestrado. O resultados serão publicados e divulgados em eventos acadêmicos e científicos, bem como por meio de artigos em revistas científicas, sempre assegurando o anonimato individual.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**  
**(Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)**

**CONSENTIMENTO DO RESPONSÁVEL OU REPRESENTANTE LEGAL**

Eu, \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_\_, abaixo assinado, responsável por \_\_\_\_\_, autorizo sua participação no estudo “O psicólogo no cenário do sistema socioeducativo em meio aberto: problematizando saberes e fazeres”, como PARTICIPANTE. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Helder Barros e Souza sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de sua participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ao PARTICIPANTE pesquisado.

Declaro, ainda, que ( ) concordo / ( ) não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das informações pessoais e do anonimato.

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Representante Legal

Eu, Helder Barros e Souza, pesquisador responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**  
**(Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)**

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “O psicólogo no cenário do sistema socioeducativo em meio aberto: problematizando saberes e fazeres”, sob a responsabilidade do pesquisador Helder Barros e Souza, RG nº 20.540.012-0, servidor da Prefeitura Municipal de Londrina-PR, com endereço institucional na Rua Finlândia, 143, Jardim Villas Boas e vinculado ao Programa de Pós-graduação em Psicologia e Sociedade pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP de Assis, SP.

Este termo deverá ser elaborado em duas vias. Depois de lido, rubricado e assinado, uma via ficará em poder do PARTICIPANTE ou de seu representante legal e a outra via em poder do pesquisador responsável.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Campus de Assis. Qualquer dúvida quanto aos aspectos éticos poderão ser esclarecidas no telefone (18) 3302-5500 ramal 5607 ou pelo e-mail [cep@assis.unesp.br](mailto:cep@assis.unesp.br), ou diretamente com o pesquisador nos telefones (43) 3378-0416 / 3378-0006 ou e-mail [helder.souza@londrina.pr.gov.br](mailto:helder.souza@londrina.pr.gov.br).

**I. A pesquisa:**

Esta pesquisa tem por objetivo: atuar, investigar e problematizar a prática do psicólogo, os saberes e os fazeres no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, tendo foco no atendimento socioeducativo em meio aberto, executado em um CREAS, com atuação específica no acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.

**II. Procedimentos:**

Nossa pesquisa utilizará uma metodologia denominada Dispositivo Intercessor (DI). Funcionará em duas etapas: num primeiro momento, no CREAS 2, o Psicólogo pesquisador (trabalhador-intercessor) realizará suas funções mantendo o propósito de colaborar com a equipe no atendimento socioeducativo, refletindo sobre sua prática e contribuindo para interações. Esse período será acompanhado por registros em diário de campo. Esse diário de intercessão (ou diário de campo) é um instrumento privativo do pesquisador, no qual são realizados os apontamentos, registros, descrições e anotações que se refiram às vivências experimentadas no cotidiano das práticas em campo, as observações institucionais e reflexões emergentes. Pela vivência institucional ser composta por relações, é muito provável que esse diário tenha citações a outras pessoas que compartilharam com o pesquisador determinadas situações. O diário é um instrumento de memória do pesquisador, cujo conteúdo é sigiloso e somente será conhecido pelo próprio pesquisador.

Num segundo momento, que é acadêmico, o pesquisador-intercessor utilizará seus registros no diário de campo para articular aquilo que foi produzido no dia a dia e o conhecimento acadêmico, de forma a produzir novos saberes, a partir da prática. Não serão utilizados outros métodos de investigação (entrevista, aplicação de questionários, etc).

**III. Riscos/Desconfortos e Benefícios**

*a) Possíveis riscos ou desconfortos.*

Sabemos que todo tipo de pesquisa influencia de alguma forma a instituição e os sujeitos pesquisados e que riscos e desconfortos podem acontecer de forma imprevisível. No nosso caso específico, entendemos que o uso de diário de campo por um pesquisador influencia na dinâmica institucional, podendo ser confundido com um instrumento de exame e vigilância, até mesmo gerando experiências persecutórias. Gostaríamos de deixar claro que todas as informações estão

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**  
**(Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)**

protegidas por sigilo, que todos os registros serão pertinentes à pesquisa e que nenhuma pessoa que dela participar terá sua identidade revelada ou identificada.

*b) Formas de Acompanhamento e assistência em caso de ocorrência dos riscos ou desconfortos:*

Estamos disponíveis para esclarecer exaustivamente sobre os propósitos desta pesquisa, assim como estabelecer espaços de acolhida, escuta e pacificação de possíveis sentimentos e desconfortos que venham a se relacionar este trabalho, garantindo aos participantes da pesquisa a possibilidade de nos convocar a qualquer momento, mesmo após o término do cronograma previsto. Verificado a necessidade, encaminhamentos para acompanhamento especializado poderão ser realizados.

*c) Benefícios esperados:*

Esperamos contribuir na produção teórica sobre a atuação profissional do psicólogo no SINASE, em especial na inserção do psicólogo nas equipes dos CREAS, assim como colaboraremos no fortalecimento das políticas públicas voltadas aos adolescentes atendidos. Buscamos aprimorar o atendimento oferecido para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

**IV. Liberdades/Garantias**

O participante tem o direito de retirar-se da pesquisa a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem quaisquer consequências, penalizações ou prejuízos, bem como a liberdade de não participar de momentos que possam causar-lhe constrangimento de qualquer natureza

**V. Sigilo/Anonimato**

A participação nessa pesquisa é totalmente protegida por sigilo e anonimato. Em hipótese nenhuma os participantes terão suas identidades reveladas ou identificadas. As informações obtidas no curso da pesquisa serão tratadas com absoluto rigor ético, sendo as identidades conhecidas única e exclusivamente pelo pesquisador.

**VI. Despesas**

Esta pesquisa não prevê despesas.

**VI. Publicação**

Esta pesquisa tem motivação científica, portanto, dela resultará uma dissertação de mestrado. O resultados serão publicados e divulgados em eventos acadêmicos e científicos, bem como por meio de artigos em revistas científicas, sempre assegurando o anonimato individual.

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)**  
**(Capítulo IV, itens 1 a 8 da Resolução 466/2012 – Conselho Nacional de Saúde)**

**CONSENTIMENTO**

Eu, \_\_\_\_\_, RG: \_\_\_\_\_, abaixo assinado, concordo em participar, como PARTICIPANTE, da pesquisa “O psicólogo no cenário do sistema socioeducativo em meio aberto: problematizando saberes e fazeres”. Fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador Helder Barros e Souza sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido, ainda, que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Declaro, ainda, que ( ) concordo / ( ) não concordo com a publicação dos resultados desta pesquisa, ciente da garantia quanto ao sigilo das minhas informações pessoais e ao meu anonimato.

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante

Eu, Helder Barros e Souza, pesquisador responsável pelo estudo, obtive de forma voluntária o Consentimento Livre e Esclarecido do PARTICIPANTE para a participação na pesquisa.

\_\_\_\_\_  
Pesquisador Responsável